



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

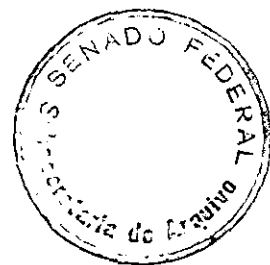
DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 126

SÁBADO, 7 DE AGOSTO DE 1993

BRASÍLIA — DF



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 154ª SESSÃO, EM 6 DE AGOSTO DE 1993

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE
- 1.2.1 — Ofícios

— Nº 44/93, da Liderança do PP, de substituição de membros na Comissão que dará parecer à Medida Provisória nº 335/93.

— Nº 46/93, do Senador Irapuan Costa Júnior, de substituição de membros na Comissão que dará parecer à Medida Provisória nº 338/93.

— Nº 204/93, da Liderança do PRN da Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 339/93.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO — Lançamento oficial do Fórum Global da Juventude em solenidade realizada ontem, em Brasília, e presidida pelo Ministro do Meio-Ambiente, Sr. Fernando Coutinho Jorge.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Considerações sobre os artigos “Velhos Fantasmas” e “Taxas de juros deixam Itamar angustiado”, publicados no jornal *Correio Braziliense*, edição de 3 do corrente, do articulista Tarcísio Holanda e do Governador Albuíno Azeredo, respectivamente.

SENADOR NEY MARANHÃO — Razões de S. Ex^a para apresentação de requerimento de informações ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo sobre os estoques reguladores de café mantidos com recursos da União.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Encontro de prefeitos do Nordeste com o Presidente da República, no

próximo dia 18, tendo como tema o quadro de extrema gravidade da Região com a seca.

SENADOR PEDRO SIMON — Esclarecimentos a respeito do modo enfático de expressão de S. Ex^a por ocasião da reunião entre empresários, líderes sindicais e o Governo Federal sobre o índice de reajuste salarial. Defesa do diálogo diante da crise nacional.

1.2.3 — Requerimentos

— Nº 742/93, do Senador Mauro Benevides, solicitando licença para afastar-se dos trabalhos da Casa, no período dos dias 7 e 15 do corrente mês. Votação adiada por falta de **quorum**.

— Nº 743/93, do Senador Ney Maranhão, solicitando do Sr. Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, informações que menciona.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 110/93 (nº 3.714/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a estrutura e competência da Ouvidoria-Geral da República e dá outras providências. Votação adiada por falta de **quorum**.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN — Colocações ao discurso pronunciado pelo Sr. Pedro Simon na presente seção. Revisão constitucional.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Análise sobre o papel da televisão na sociedade brasileira.

SENADOR MARCO MACIEL — Conferência sobre a “Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Sustentado na Região Nordeste do Brasil”, havia em Recife — PE.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUÍZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Exame do Relatório Final da Comissão Especial incumbida de propor medidas objetivas e emergenciais a serem implementadas para solução do problema de assistência Médica e Hospitalar.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 154ª Sessão, em 6 de agosto de 1993**3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Beni Veras****ÀS 9 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Bello Parga _ Chagas Rodrigues _ Eptácio Cafeteira _
Francisco Rollemberg _ Gilberto Miranda _ José Richa _ Mauro
Benevides _ Ney Maranhão _ Pedro Teixeira _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 44/93

Brasília, 2 de agosto de 1993

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de, na qualidade de Líder do Partido Progressista no Senado Federal, solicitar a substituição minha, Senador Irapuan Costa Júnior, e do Senador Meira Filho, junto à Comissão que dará parecer à Medida Provisória

nº 335, pelos Senhores Senadores Pedro Teixeira e João França, como titular e suplente, respectivamente.

Aproveito o ensejo, renovo minha elevada estima. — Senador **Irapuan Costa Júnior**, Líder do PP.

OF. Nº 46/93 — GL-PP

Brasília, 4 de agosto de 1993

Senhor Presidente,

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Partido Progressista no Senado Federal, solicitando a substituição do Senador João França, junto a Comissão que dará parecer à Medida Provisória nº 338, pelo Senador Meira Filho, continuando o Senador Pedro Teixeira na suplência.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência a nossa elevada estima e consideração.

Atenciosamente — Senador **Irapuan Costa Júnior**.

OFÍCIO Nº 204/93

Brasília, 5 de agosto de 1993

Senhor Presidente,

Solicito a V. Exª seja autorizada a seguinte substituição na composição da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 339, de 30 de

julho de 1993, que "dispõe sobre a remuneração de cargos de provimentos da Advocacia Geral da União:

Titular — Deputado José Carlos Vasconcellos — Substituir pelo Deputado Wagner do Nascimento.

Suplente — Deputado Mavíael Cavalcanti — Substituir pelo Deputado Tony Gel.

Atenciosamente — Deputado José Carlos Vasconcellos, Líder do PRN.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante a Rio-92, realizou-se um encontro para discutir a participação dos jovens de todo o mundo na solução das questões relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, coroando-se o evento com a inclusão do chamado Princípio 21 em seu documento final, a Agenda 21.

Quero abordar, hoje, o compromisso que foi assumido na conferência como uma homenagem aos jovens brasileiros que, em março do próximo ano, estarão recebendo em Brasília os seus companheiros de todo Planeta no Fórum Global da Juventude, cujo lançamento oficial ocorreu ontem, em solenidade presidida pelo Ministro do Meio Ambiente, Senador Coutinho Jorge, que, na ocasião, representou o Presidente Itamar Franco.

No Fórum Global, os jovens de todo o mundo farão o aprofundamento e o aprimoramento de sua contribuição na luta por uma melhor qualidade de vida, para que "os avanços tecnológicos estabeleçam relações harmonizadas entre o homem e a natureza".

Se é verdade, Sr. Presidente, que, como diz a Agenda 21, "devem ser mobilizados os ideais, a criatividade e o valor dos jovens do mundo para forjar uma aliança mundial, orientada para obter o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos", é verdade também que os jovens brasileiros terão que recorrer a um elevadíssimo grau de criatividade e se empenhar mais do que os dos países do Primeiro e Segundo Mundos, pois enfrentarão o desafio de buscar solução para o gravíssimo quadro social de desigualdade e injustiça existente no Brasil. Aos nossos jovens cabe vencer essa questão, bem como muitas outras, registrando-se entre estas a da administração inteligente dos recursos da natureza à nossa disposição.

Na verdade, estamos legando às novas gerações um Planeta com graves avarias, no que se refere ao chamado ecossistema, e também uma sociedade profundamente desorganizada, no que diz respeito ao acesso aos bens econômicos, culturais e naturais.

No caso específico do Brasil, os entraves que impedem o acesso de milhares de jovens e de adultos a esses bens continuam sendo reforçados por estruturas cruéis que explicam, em grande parte, o clima generalizado de violência, que já se tornou a marca registrada de algumas de nossas maiores cidades. Esse é o desafio especial que nossos jovens enfrentam.

Para pensar e construir os caminhos que levem à solução desses problemas é que o Fórum Global da Juventude acontecerá em Brasília, em março do próximo ano, congregando, aqui na Capital Federal, representantes oficiais juvenis de diversas nações, representantes juvenis de organizações não-

governamentais nacionais e internacionais, além de artistas, pensadores, religiosos, empresários e políticos de vários países do mundo.

Esse encontro colocará, mais uma vez, a juventude da Capital do Brasil no centro das atenções nacionais e mundiais, o que lhe garante, desde já, o sucesso, pois sabemos todos do quanto é capaz a geração dos "caras-pintadas" que, não faz tanto tempo, soube dar aos adultos deste País um testemunho de maturidade e de sensatez que, poucas vezes, vimos atrelados à generosidade e à irreverência típicas dos jovens.

São, pois, os rapazes e as moças de Brasília, os encarregados de acolher e receber os participantes do evento, além de contribuir para o debate de temas, dos quais depende a própria sobrevivência do Planeta.

E por eles que, hoje, desta tribuna, faço um decidido apelo aos homens de governo do meu País, e, de modo muito especial, ao Senhor Presidente Itamar Franco, para que não meça esforços no apoio que vem prestando à realização do evento, o que já se faz sentir pela atuação do Ministro do Meio Ambiente, Senador Coutinho Jorge, que, mesmo no quadro de dificuldades que vive hoje o Brasil, não tem faltado com seu empenho e sua dedicação no sentido de viabilizar esse encontro. Um encontro que, temos certeza, haverá de marcar época em nosso País, não apenas pela temática que será ali debatida, mas também por envolver as lideranças jovens do País, marcando o novo estilo de engajamento que ainda há de dar grandes frutos para o Brasil.

A atual geração não é apenas uma promessa. Ela já nos deu mostras de sua capacidade e do seu poder de mobilização. A ela pertence Marcelo Senise, típico exemplo de jovem sério, sadio, comprometido e ousado, a quem quero também hoje, desta tribuna, homenagear por todo o esforço que vem desenvolvendo para a realização, em Brasília, do Fórum Global da Juventude.

É preciso que se faça conhecido de todo o País o empenho de Marcelo Senise em manter acesa essa chama. Sua luta será fecunda, tenho certeza, e haverá de nos proporcionar novos líderes, a partir dos próprios desdobramentos do encontro, e como fruto natural da própria militância de tantos jovens em defesa da vida.

Para que essas novas forças se desenvolvam, porém, é fundamental que os poderes constituídos, os Poderes da República, adquiram e desenvolvam a sensibilidade que lhes permita dar um apoio efetivo à atividade desses jovens.

O Sr. Pedro Teixeira — V. Exª me permite um aparte, jovem Senador Valmir Campelo?

O SR. VALMIR CAMPELO — Com muito prazer, Senador Pedro Teixeira.

O Sr. Pedro Teixeira — Senador Valmir Campelo, quero congratular-me com V. Exª por fazer o registro, na manhã de hoje, do esforço que a juventude, sob a coordenação de Marcelo Senise, está desenvolvendo para a realização desse Fórum Global da Juventude, a se realizar em março próximo, dando cumprimento a preceitos da ONU. Realmente, ontem, na instalação desse Fórum, nós sentimos um testemunho vivo e eloquente da responsabilidade de uma juventude, até mesmo com a sua irreverência, porque era interessante ver o jovem Marcelo Senise tratando com o representante da ONU: "Come here, please! Come here!" Às vezes nem vinha o *please*, era só o *come here*, e funcionava com aquela naturalidade, com aquela simplicidade. Isso foi muito importante para demonstrar que, às vezes, não é com normas protocolares e

diplomáticas que se obtêm os resultados desejáveis. Às vezes, até a sinceridade funciona muito mais do que as normas burocráticas. Então, quando V. Ex.^a faz esse registro e conclama o Poder Público a funcionar junto com as forças privadas, quero aproveitar para louvar e registrar também o apoio que o Senado Federal deu ao evento. O Presidente Humberto Lucena recebeu toda essa juventude em seu gabinete — nós estávamos presentes, eu e V. Ex.^a — e colocou toda a máquina do Senado Federal à disposição desse evento para que ele dê uma resposta positiva ao mundo no sentido de que o Brasil está levando a sério os seus compromissos e as suas obrigações. Ao registrar também esse apoio do Senador Humberto Lucena, quero reforçar a juventude de V. Ex.^a, Senador Valmir Campelo, impetuoso representante do Distrito Federal nesta Casa, principalmente porque sei dos seus afazeres. V. Ex.^a tem dado fundamental contribuição porque é também membro curador desse Fórum Global. Parabéns, então, a V. Ex.^a, extensivos a seus jovens amigos do Fórum Global. Muito obrigado.

O SR. VALMIR CAMPELO — A V. Ex.^a também os meus agradecimentos pelas suas palavras. Ontem, realmente, assistimos ao discurso do representante da ONU, quando ele falou sobre o trabalho que a juventude brasileira hoje está fazendo pelo nosso País, e sobre o aconchego, a aproximação que esses jovens têm, hoje, principalmente com o Poder Legislativo.

Acredito que estamos vivendo uma nova fase na vida política e social do nosso País, e os jovens, sem dúvida alguma, estão desempenhando um papel fundamental para essa mudança de mentalidade, mudança até mesmo da imagem do nosso País, não só aqui dentro, mas também lá fora.

Agradeço ao Senador Pedro Teixeira pelas suas palavras de elogio, não só à minha pessoa, mas particularmente à juventude de todo o nosso País.

Para finalizar, Sr. Presidente, queria dizer que, para que essas novas forças se desenvolvam, é fundamental que os poderes constituídos, os Poderes da República, adquiram e desenvolvam a sensibilidade que lhes permita dar um apoio efetivo à atividade desses jovens. É preciso fazer como tem feito o Senador Coutinho Jorge, Ministro do Meio Ambiente, que, nas solicitações que fez ao seu colega Senador Fernando Henrique Cardoso, para pedir apoio à realização desse Encontro, afirmava que “a participação efetiva da juventude no processo de desenvolvimento social é da mais alta importância”, o que denota suas preocupações com o futuro, e com tudo o que ele implica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, são de suma importância as matérias tratadas pela Imprensa Nacional, na terça-feira, 3 de agosto do corrente ano de 1993, em torno do tema do perigo iminente do rompimento da ordem constitucional vigente.

Magnífico o artigo de Tarcísio Holanda, no *Correio Brasileiro*, sob a epígrafe “Velhos Fantasma”. Peço vênias aos Srs. Senadores para ler alguns tópicos do artigo:

Diz o eminente jornalista:

“Oito anos de redemocratização ainda não abriam qualquer perspectiva de solução para uma crise que dura há demasiado tempo, fazendo com que au-

mente a descrença popular na viabilidade de uma saída dentro do regime democrático.” ... “As ameaças existem e estão à vista de qualquer pessoa sensata, que tenha um mínimo de consciência histórica.”

Faz um retrospecto histórico dos rompimentos da ordem constitucional e das intervenções militares nesses processos, para finalizar seu artigo com seriíssima advertência, com a qual comunga — estou certo disso —, a maioria omissa que existe em nossas Casas Legislativas:

“Se o Congresso continuar resistindo às reformas políticas que dêem operacionalidade ao regime, a democracia brasileira dificilmente sobreviverá.”

Eis aqui o ponto fundamental por que venho me batendo nesta Casa, numa cruzada composta de conferências várias, de discursos que tenho pronunciado e de artigos publicados em nossa imprensa: **“reformas políticas que dêem operacionalidade ao regime!”** Eis aqui o que necessita, necessariamente, urgentemente, prioritariamente, a democracia brasileira, sem o que “Ela dificilmente sobreviverá”.

O povo voltará às ruas — como já o fez antes, várias vezes —, pedindo a intervenção dos militares. Eu não quero isso! Eles não querem isso, porque esperamos que o Congresso pare de resistir às reformas urgentes e necessárias que o povo está exigindo conscientemente, já há bastante tempo.

Sem essas reformas que “dêem operacionalidade ao regime” acontecerá a intervenção que muitos desejam e que muitos pregam, até dentro do Congresso Nacional!

De nada valeu o Senhor Presidente Itamar Franco “afirmar, com toda segurança, que não existem ameaças de golpe no País”.

A verdade nua e crua é que o povo está insatisfeitíssimo com a crise política, que pode ser resolvida pelo Congresso se ele quiser dar ao Brasil a tão solicitada reforma político-eleitoral, bem diversa da que está em andamento, pois, também aqui, “não é com xaropes que se cura o câncer”.

Só com uma reforma política revolucionária e de grande porte poderá o Governo enfrentar a grande reforma econômica, que também, necessariamente, tem que começar pela reforma total do Sistema Financeiro Nacional!

Fora disso, é conversa, é “blá-blá-blá” que não resolverá absolutamente nada, como revelou o próprio Presidente Itamar ao Governador Albuíno Azeredo, pedindo-lhe que levasse sua mensagem a todos os recantos, pois ele próprio não estava conseguindo nada.

Uma pequenínissima minoria de homens está sugando todo o esforço dos produtores de nosso País. O carro-chefe de tudo é o Sistema Financeiro. São os banqueiros, que estão por toda parte, com seus *lobbies*, minando as reformas, enquanto o Senhor Presidente da República e seu Ministro da Fazenda fazem discursos, dão entrevistas, queixam-se e se irritam, pregando xaropes caseiros para curar câncer.

Sabem eles, sabe o Governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, que o caso é gravíssimo, mas todos parecem hipnotizados pelos banqueiros e suas teorias absurdas, que se transformaram em dogmas de uma Teologia sem Deus, que é este neoliberalismo que aí está, combatido por palavras e abraçado por ações do Senhor Presidente da República, de seu Ministro da Fazenda, do Senhor Governador do Espírito Santo!

O Presidente Itamar determina que os juros baixem. O Presidente do Banco Central desobedece e força o aumento. O Presidente da República choramanga e se queixa ao Governador do Espírito Santo de que o aumento forçado só vai ajudar os bancos a aumentarem seus lucros "abusivos" e promete empenhar-se para estancar o processo de transferência de renda do setor produtivo para a especulação financeira.

Sua Excelência diz, também, que "não vai sossegar enquanto não fizer uma reforma no Sistema Financeiro, que reduza a taxa de juros a um nível "suportável", tendo pedido ao Sr. Governador do Espírito Santo que continue "batendo na tecla" do "combate às altas taxas de juros e à lucratividade absurda dos bancos". São palavras do Senhor Presidente da República.

Sua Excelência me pediu, afirma o Governador Albuíno, Azeredo, que, como governador, procurasse levar essa mensagem a todos os recantos, porque não vem obtendo êxito nesta luta.

Até aqui, palavras e mais palavras e só palavras do Senhor Presidente, que parece sofrer de "absurdomania", seguido pelo seu discípulo, o governador do Espírito Santo, Albuíno Azeredo.

Leio agora as contradições do Governador Albuíno Azeredo, relatadas em artigo do *Correio Braziliense*, de 3-8-93, sob o título: "Taxas de juros deixam Itamar 'angustiado'":

"Albuíno, na conversa com Itamar, comentou que os balanços dos bancos no primeiro semestre deste ano são uma demonstração de que as instituições financeiras, — os banqueiros —, são os "principais sócios da inflação" e não têm interesse algum em que ela seja reduzida. Ou nós enfrentamos o Sistema Financeiro, com coragem, ou vamos continuar assistindo a uma transferência direta do trabalho e da produção para o setor especulativo", disse o governador.

Ele reclamou ainda, diz o governador, que, mesmo com a redução da taxa verificada este ano, as taxas de juros atuais são as maiores da história do País. Albuíno Azeredo descartou, no entanto, o tabelamento como forma de controlar os juros, porque acredita que as taxas devem ser, de alguma maneira, reguladas por Mecanismos de Mercado."

O diagnóstico do Presidente e do Governador é magnífico: O Sistema Financeiro Nacional, os banqueiros, são os grandes culpados desta crise catastrófica. Eles são os sócios da inflação, mas a filosofia deles, os princípios criados por eles, que estão sendo usados pelo governo, pelo Sr. Ministro da Fazenda, e que há décadas nada resolvem, devem continuar como estão, para ver como é que o Brasil fica. Isto, pelo que se deduz de tudo o que disseram e fizeram o Presidente, seu Ministro da Fazenda e o Sr. Governador do Espírito Santo.

Ninguém tem coragem de fazer nada. A única coisa que de fato começaram a fazer, de uns poucos meses para cá, é apontar os banqueiros como os grandes culpados pela inflação, mas mudar as regrinhas criadas por eles, para construir esta monstruosidade que aí está, nisto não pensam nem é permitido mexer, pois eles são poderosíssimos. A solução apontada pelo Governador Albuíno Azeredo fica sendo: "As taxas devem ser, de alguma maneira, reguladas por mecanismos de mercado". Não sabe dizer qual a maneira, mas a "lei do mercado fica intocável", como querem banqueiros e oligopólios cartelizados. Eis aqui a grande novidade, repe-

tida por todos os presidentes que antecederam ao atual, sem nada conseguirem. E querem que tudo fique como está, para combater a inflação. Os mecanismos de mercado se incumbirão de, um dia, solucionar o problema da crise.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na realidade, o que quer o Sr. Ministro da Fazenda é, repito, ministrar xarope para curar o câncer da inflação, quando esse remédio é que está enchendo os cofres dos banqueiros, os quais pretendem manter esta democracia fraca, de partidos inexpressivos, para que possam continuar manipulando "a seu modo", o governo todo... Nada de choques, pois, isto contraria a democracia!

No Congresso Nacional há vários grupos já posicionados em torno do tema: uns, pouquíssimos, sinceros devotos do neoliberalismo, como solução, hoje, para os problemas do Século XVIII, como se nada houvesse mudado na História, de lá para cá, nem fatos, nem valores culturais. Outros, abertamente pertencentes aos interesses dos banqueiros, que começaram a aqui aportar para defender seu sistema, ressuscitado das catacumbas do Século XVIII, para lhes servir de apoio, pretensamente científico, chegando eles e seus beleguins, ao desplante de quererem que a "lei" do mercado seja lei de uma ciência exata, quando qualquer homem sério sabe que a Economia, se é que é ciência, pertence às ciências humanas e, portanto, é normativa, sujeita às variações dos fatos e dos valores geo-históricos. Há quanto tempo, aqui no Brasil, essa "ciência" anda recheando os cofres dos banqueiros?

É por tudo isto que o povo anda desolado com nossa classe política, e o fantasma da solução excepcional ronda nossa periclitante democracia.

Só vejo uma solução: acordar a maioria silenciosa e omissa para fazer a grande reforma, pois, muita razão assiste a Tarcísio Holanda, quando afirmou, em seu magnífico artigo, aqui de início citado:

"Se o Congresso continuar resistindo às reformas políticas que dêem operacionalidade ao regime, a democracia brasileira dificilmente sobreviverá."

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Com muito prazer, ouço o aparte do nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador Pedro Teixeira, quero me congratular com V. Exª por este oportuno pronunciamento, em que dá um recado à classe política e às elites dirigentes de nosso País. Temos que fazer um exame de consciência para mudar os rumos desta Nação. O povo está vendo e sentindo as consequências. Como disse muito bem V. Exª, hoje, o Congresso não está muito bem nas pesquisas. Temos leis que não podem ser cumpridas. Por exemplo, se pegarmos a legislação da Previdência Social veremos que é uma das leis mais adiantadas do mundo. Outro grande problema é a sonegação que possui como maior sonegador o próprio Governo. V. Exª lembra-se quando o Senado votou a Resolução nº 58 e dois projetos foram bem discutidos aqui, sendo um meu e outro do Senador Fernando Henrique Cardoso, hoje Ministro da Fazenda, onde os Prefeitos, Governadores, estaduais, eram responsáveis por 52% do débito da Previdência Social e mais grave ainda foi a apropriação indébita pura. Por outro lado, quando um empresário atrasa o seu pagamento são levados em consideração juros, apropriação indébita, levando à cadeia. Existem prefeitos e outras autoridades que

deixam de pagar ao Governo Federal, à Previdência, mas fazem o desconto nos salários. Isso significa apropriação indébita pura. Em Pernambuco, posso citar o município de Glória do Goitá, que há vinte anos não pagava a Previdência. Apesar disso, fomos obrigados a premiá-lo, Senador Pedro Teixeira, e demos duzentos e quarenta meses de prazo para a quitação da dívida. Agora, está havendo uma regulamentação para facilitar ainda mais esse pagamento. A lei eleitoral também é um problema. Eu me perco por dizer a verdade. O empresário dá o dinheiro veladamente e o governador, o senador ou deputado gasta-o da mesma forma. Veja V. Exª a prestação de contas dos partidos, como por exemplo, a do PT, que disse ser, coincidentemente, uma conta aproximada. Gastou vinte e dois bilhões de cruzeiros, quantia exatamente igual até nos centavos à permitida por lei. Agora, o próprio PT está dizendo que havia contas que foram pagas depois. Quer dizer, devemos passar este País a limpo. Recentemente, solicitei a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de onze membros, para o Senado Federal nos dar a oportunidade — a nós, Senadores — de examinar as contas públicas do Governo. O Governador de São Paulo diz que deve US\$ 1 bilhão à União e esta discorda, alegando que são US\$13,5 bilhões, ou seja, uma diferença de US\$12,5 bilhões. Isso corresponde a dois anos de arrecadação do IPMF. Por São Paulo podemos ter uma idéia do que acontece no resto do País. Então, Senador Pedro Teixeira, V. Exª tem razão, a responsabilidade é nossa. Temos que elaborar lei para serem cumpridas. O que é preciso ser feito para resolver o problema da arrecadação? No meu modo de entender, temos que eliminar a maioria dos nossos impostos, reduzi-los para três ou quatro, tal como acontece nos Estados Unidos e nos demais países desenvolvidos, a fim de que todos possam pagar. Se não tomarmos essas providências, Senador Pedro Teixeira, cairemos no abismo, e nele ninguém quer cair. Portanto, parabéns V. Exª por esse oportuno alerta à sociedade, ao Congresso, para que possamos mudar essa situação o mais rápido possível. A atual Constituição foi elaborada quando ainda existia o Muro de Berlim, quando havia o comunismo no Leste Europeu. Ainda se fala neste País em esquerda e direita, acho até graça! Darei um exemplo a V. Exª: no casamento do meu filho, levei para Pernambuco a representação da embaixada da China Popular, representando o meu amigo Ziang Zenn, Secretário-Geral do Partido Comunista. No meu Estado, o maniqueísmo da esquerda e da direita é interessantíssimo. Temos grandes líderes em Pernambuco, mas quando se fala em política eles se transformam: vem a esquerda, a direita, os reacionários, etc. Senador Pedro Teixeira, em Pernambuco, sou considerado um homem de direita. Meus cartões de apresentação — porque tenho muitas ligações com as duas Chinas —, escritos em chinês, dizem o seguinte: representante honorário dos escritórios comerciais da China Popular. No entanto, sou considerado um homem de direita, em Pernambuco. Levei a representação de Formosa composta pelo Dr. Yen, que V. Exª conhece, representando o Ministro da Economia, Dr. Vincent Ouyw, para um almoço no Mourisco, restaurante muito famoso de Pernambuco, a fim de que algumas pessoas da esquerda pudessem conhecê-los por meu intermédio. Essa minha atitude visava mostrar que hoje precisamos de blocos; blocos, Srs. Senadores, para o desenvolvimento do País e do mundo. Essa ideologia de direita e de esquerda acabou. Em nossa Constituição encontramos 78 artigos de direitos; 46 de garantias, que é a mesma coisa; 4 de deveres; e de produtividade, Senador, somente 1. Então,

tem-se que mudar. Não há povo melhor que o brasileiro no mundo, inteligente, capaz; mas nós, as elites dirigentes, temos que acabar com os projetos feitos açodadamente, com projetos imediatistas e demagógicos. É isso que precisamos fazer. Parabéns a V. Exª pelo seu oportuno pronunciamento.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Senador Ney Maranhão, sinto-me enriquecido pelas considerações sobre o nosso pronunciamento, que é calcado num artigo da lavra do jornalista Tarcísio Holanda.

Mas, antes de voltar ao discurso, aproveitando a deixa, penso que a crise econômica está na dependência direta da solução da crise política, porque nosso País é rico, e nós não estamos vivendo crise econômica; mas, sim, crise de autoridade.

Estamos assistindo conluios, dissensões, trocas de posições, busca de cargos, cada um querendo ser mais forte do que o outro, mas não estamos encontrando soluções para os nossos problemas.

Pergunto: como é que o País, como é que os homens sérios interpretam o pronunciamento do Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, advertindo a Nação de que o Congresso Nacional não elaborou Lei Eleitoral? S. Exª reclama ao Brasil, aos homens de bem, e isso tem uma ressonância muito grande, começa no intelectual e vai até ao homem do povo. O Ministro Sepúlveda Pertence adverte a Nação de que o Congresso Nacional até agora não lhe mandou a Lei Eleitoral para que ele possa, realmente, realizar uma eleição cristalina, límpida e moderna.

Enquanto isso, estamos observando conchavos, disputas, brigas e, realmente, todos esses acontecimentos degradam a classe política. Eu mesmo, às vezes, até me assusto com determinadas atitudes tomadas no Parlamento brasileiro.

Vimos o Presidente da República chamar o Governador do Estado do Espírito Santo, parecendo Cristo quando chamou os evangelistas e disse: "Ide por todos os cantos e pregai o Evangelho para todos os povos".

Já que voltamos ao Evangelho, precisamos tirar a trava que temos nos nossos olhos, antes de ver a trava dos olhos dos outros.

Está na hora de o Congresso Nacional assumir uma postura que lhe torne digno e que não o leve a conceitos, como os formulados no artigo em evidência, de que se o Congresso continuar resistindo a essas reformas a democracia dificilmente sobreviverá. Tarcísio Holanda frisou isso, mas isso já vem sendo frisado, desencadeado em vários artigos.

Sob esse aspecto, procedemos a esse discurso, porque realmente o Ministro da Fazenda ainda não apresentou nenhuma medida econômica eficaz. S. Exª fica com medo dos impactos, almoça com empresários, almoça com trabalhador, enfim, fica naquela tergiversação, às vezes, até gauderando por aí, como diria o nobre Senador Mauro Benevides. Isso é uma coisa séria.

Reforma política e econômica são irmãs siamesas, é uma simbiose, sendo que a política é prioritária, porque ninguém vai tomar decisão econômica se não tiver uma sustentação política. Precisamos de uma política séria, voltada para os interesses da Nação para desengavetar projetos que estão aqui dormitando, como é o caso do projeto do nobre Senador Mansueto de Lavor, representante do Estado de Pernambuco, que tabela os juros de acordo com o preceito constitucional.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Pedro Teixeira, complementando o que V. Ex^a está dizendo, este Senado tem dado provas da sensibilidade que a Nação está a exigir. Há um projeto de minha autoria, sobre investimento de capital estrangeiro. Esse projeto defende a média, pequena e microempresa, Sr. Senador. Quando V. Ex^a falou do Senador Mansueto de Lavor, lembrei-me de que S. Ex^a é um dos baluartes na defesa desse tipo de empresário. Esse projeto foi aprovado, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal. Espelhei-me, nobre Senador, na China Comunista. Lá, os empresários desse tipo fazem investimentos, e, no fim do ano, a remessa de lucros é livre, ficando nesse país mais de 70% do dinheiro, por causa das vantagens que o governo chinês proporciona para o reinvestimento. Há quatro meses que esse projeto está na Câmara dos Deputados, e, até o presente momento, não foi analisado. É um projeto que vai ajudar tremendamente os investimentos, e V. Ex^a sabe que 70% dos empregos deste País são patrocinados pela média, pequena e microempresa. Em cima de paus e pedras, vamos inaugurar, no final do mês de agosto, uma fábrica de bicicletas. Estamos apenas aguardando a chegada do governador de um grande estado da China Popular — um estado que tem a população do Brasil. Essa fábrica, em pleno funcionamento, produzirá 200 mil bicicletas, mesmo sem esse projeto, sem essa transparência que o capital estrangeiro precisa para colocar dinheiro dentro deste País. Então, penso que precisamos esfriar a cabeça, principalmente aqui no Senado, que é composto por homens de cabeça branca, experientes, que estão dando o exemplo ao País. Temos que ficar alertas e fazer essa reforma rapidamente. Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Senador Ney Maranhão, na verdade, temos é que nos disciplinar e dar o exemplo. É um absurdo o que está acontecendo. Perdoe-me algum colega se a crítica lhe atingir, mas é preciso que se toque a ferida: precisamos fazer funcionar as nossas comissões. Não é possível, não é crível, não é razoável que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, desta Casa — a qual integro, e cujo Presidente tem se esforçado para apresentar projetos — continue deixando de funcionar por falta de número, fazendo com que os projetos venham para cá atropelados — às vezes, jogados na lata do lixo, porque, no final da tarde, cansados, os Senadores não verificam com exatidão o que ocorreu. E isto tem repercussão negativa.

Sr. Presidente, agradeço pela generosidade de me conceder mais alguns minutos. Vou concluir o que eu comentava em relação ao texto do artigo do jornalista Tarcísio Holanda.

Só esta reforma prioritária — a dos partidos — como deve ser feita, dará condições de governabilidade aos Poderes Executivo e Legislativo para fazer a outra: a do Sistema Financeiro Nacional. Colocaria os banqueiros em seu devido lugar, de linha apenas auxiliar e secundária no Sistema, que teria como carro-chefe o Banco do Brasil, como banco do produtor e do comerciante a juros próximos de zero, pois o Banco do Brasil, de propriedade do povo, não pode ter intuito de lucro, mas sim de propiciar auxílio à produção e de facilitar as trocas. Ao lado dele, o Banco Central, como sede de Poder Emissor, também ele, para acudir ao lastro de nossas imensas riquezas, bens e serviços.

Não posso conceber que um povo seja posto a serviço dos banqueiros, de tal sorte que se chegue a um dia em que todos sejam deles escravos. Os banqueiros estão crescendo

de tal forma que, em nível internacional, já está acontecendo isso. Os sete países ricos escravizaram o resto da humanidade, pois a dívida externa é, de fato, impagável.

Uma reforma assim, chocante, teria condições de dar combate aos banqueiros e seu sistema. O xarope caseiro do Ministro da Fazenda e do Presidente Itamar jamais resolverá coisíssima alguma. O Ministro prometeu, em primeiro lugar, uma inflação de 10% em dezembro. Agora anda falando em 25%. Não conseguirá. Com seu xarope caseiro vai “estourar a boca do balão”. Juro por Deus!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador José Eduardo Andrade Vieira, hoje ocupando as funções de Ministro de Estado da Indústria, Comércio e do Turismo, é um dos homens públicos mais conceituados e bem-sucedidos na iniciativa privada. Por onde passa, deixa a sua marca de honradez e competência.

Por essas razões, com o propósito de colaborar com S. Ex^a, e exercendo fielmente as funções constitucionais de fiscalizar os atos do Poder Executivo, previstas nos incisos IX e X do art. 49 da Constituição Federal, a fim de se evitar o mau emprego dos recursos públicos, estou requerendo minuciosas informações sobre os estoques reguladores de café mantidos com os recursos dos contribuintes.

Como é do conhecimento desta Nação, os cafeicultores foram agraciados com nada menos do que um bilhão de dólares (29 trilhões de cruzeiros), no Orçamento de 1994, enquanto o meu sofrido Nordeste, em conjunto com a Região Norte, foi contemplado com apenas 21 trilhões. Portanto, a simples comparação dos números indica a insensibilidade dos tecnocratas do Executivo com relação ao problema da fome e da miséria que estão nos angustiando e que castigam mais de 32 milhões de brasileiros.

Como um dos conhecedores da política de armazenagem dos estoques reguladores e sabedor dos grandes prejuízos causados aos cofres públicos pela tecnoburocracia, sugiro ao eminente Ministro José Eduardo a contratação de empresas privadas, com bom conceito profissional, a fim de que procedam à fiscalização e à auditoria na utilização dos recursos e no manuseio dos estoques, a fim de evitar que a “raposa tome conta do galinheiro”.

Com essa medida, estou absolutamente convencido de que os recursos do Fundo serão economizados e retornarão ao Tesouro Nacional, que poderá empregá-los em áreas mais carentes e prioritárias, do ponto de vista social.

Por isso, passo a ler o requerimento entregue à Mesa do Senado Federal:

REQUERIMENTO Nº, DE 1993

Sr. Presidente,

Requeiro à Mesa, na forma do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Indústria, Comércio e do Turismo as seguintes informações sobre o café:

É sabido que boa porcentagem dos estoques governamentais se perdem ou são desviados nos próprios armazéns contratados pelo Governo, assunto que foi objeto de recente e ampla divulgação pela imprensa. Têm-se também notícias de que o Ministério determinou medidas visando o recebi-

mento dos créditos decorrentes junto às empresas armazenadoras. Em razão dos fatos, indago ao Senhor Ministro:

1. Que medidas efetivas foram adotadas pelo Ministério a respeito do assunto e em que consistem especificamente?

2. Qual a extensão do problema, ou mais propriamente, qual o volume físico-financeiro dessas perdas ou desvios?

3. Desde quando vêm ocorrendo problemas relacionados a quebras, faltas ou desvios de estoques, frente aos dispositivos legais, contratuais e os constantes de normas internas?

4. Na oportunidade de constatação de anomalias na armazenagem, foram ou estão sendo aplicados os dispositivos legais previstos na denominada Lei de Armazenagem (Lei nº 1.102-1993)?

5. Quais as empresas armazenadoras inadimplentes com o Governo, em razão de irregularidades na execução dos serviços de armazenagem? Estão ou não essas empresas proibidas de operar na armazenagem de estoques governamentais?

6. Como se encontra a fiscalização relativa ao café?

7. Precisamente, em que período e sob que Governo ocorreram os maiores escândalos sobre os estoques, noticiados pela imprensa?

8. Qual a política do Governo para o setor cafeeiro, relativamente aos estoques (ou queima)?

9. Quem arcará com o pagamento de tal política?

Encaminho à mesa, Sr. Presidente, este requerimento de informações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, por permuta com o Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — EC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo comunicar à Casa que, em reunião realizada no meu Estado, prefeitos de várias Unidades Federativas do Nordeste decidiram vir a Brasília, no próximo dia 18, para trazer dados ainda mais atualizados sobre a questão da seca na nossa região.

Ressalto, Sr. Presidente, que o quadro adverso que se instalou no Polígono das Secas, já há dois anos, assume, neste instante, uma situação de extrema gravidade, com os homens do campo se deslocando às capitais para reivindicar trabalho e alimento. Em Fortaleza, acamparam, diante da Secretaria de Agricultura, cerca de 2 mil trabalhadores rurais, reclamando a ampliação do número de vagas nas chamadas frentes produtivas. Convém destacar que o Governador Ciro Gomes, após dialogar com os manifestantes que lhe fizeram, naquele instante, um apelo dramático, acresceu o número de vagas nas frentes de serviço — mais 60 mil vagas para absorver a mão-de-obra trabalhadora. Além disso, com recursos do próprio Estado, autorizou a elevação da remuneração devida aos trabalhadores de 1.300 para 1.800 cruzeiros reais.

Destaque-se, Sr. Presidente, que os prefeitos tentarão, nesta Capital, audiência com o Presidente da República e com o Ministro Alexandre Costa. Naturalmente, vão expor o desejo de que seja garantido um número mais expressivo — 500 mil vagas — de trabalhadores nas frentes produtivas, uma vez que, no número atual, os trabalhadores não contam com as mínimas condições de sobrevivência, muitos deles à margem dos alistamentos procedidos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, visitei, nesse fim de semana, diversos municípios do Ceará, tais como Quixeramobim, e Quixadá, no Sertão Central. Estive, também, na Região

Jaguaribana, visitando os Municípios de Limoeiro e Russas, onde pude recolher dados preciosos que indicam, lamentavelmente, a agudização do quadro marcadamente adverso que se instalou no Ceará e em outras Unidades do Nordeste brasileiro.

Portanto, ao vir à tribuna na manhã de hoje, quero predispor as autoridades federais para esse oportuno e relevante contato com os prefeitos, que lutam para garantir a sobrevivência do homem do campo, defendendo o aumento de vagas nas frentes produtivas e remuneração, Sr. Presidente, que poderia chegar à metade do salário mínimo pago aos trabalhadores de todo o País. São essas as duas reivindicações que integram o rol das postulações dos cerca de mil prefeitos de municípios nordestinos.

Sabe-se, por outro lado, que aquilo que representou até aqui a vontade política do Presidente Itamar Franco — Sua Excelência sugeriu à SUDENE a implantação de um programa de obras duradouras que nos permitisse garantir uma resistência hídrica expressiva para a Região — será também reivindicado por esses chefes de municipalidades, que, somados a Senadores e Deputados do Nordeste, solicitarão do Governo a execução de um plano de obras duradouras, de caráter permanente, que fortaleçam a estrutura hídrica da nossa Região.

Ao fazer essa comunicação formal a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos nobres Senadores, estou absolutamente convicto de que todos nós haveremos de apoiar essas iniciativas. O Presidente Itamar Franco, que desde o primeiro momento manifestou extraordinária sensibilidade para enfrentar esta questão, e o Ministro Alexandre Costa haverão de buscar o atendimento das postulações que, no dia 18, serão levadas ao conhecimento do Chefe da Nação e do titular da Pasta de Integração Regional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Simon — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a tem a palavra, na forma regimental.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a esta tribuna para tentar desfazer a imagem que, pelo noticiário de hoje, poderá ser atribuída à minha pessoa, embora não seja a que caracteriza a minha maneira de ser. Para isso, reitero o que foi dito por mim, há dois dias, neste plenário e no gabinete do Presidente do Senado em reunião com lideranças sindicais.

A televisão apresentou-me falando — e falando com veemência — nesta Casa. Por esta razão, várias pessoas me perguntaram se eu estava bravo, agastado. Convém esclarecer.

A esta altura, meus colegas nesta Casa já me conhecem e sabem que tenho um estilo próprio de falar. Ponho alma naquilo que falo, emocionando-me facilmente. Mas isto não quer dizer que eu esteja magoado ou irritado.

No Rio Grande do Sul, meus companheiros de Assembleia Legislativa, que já me conheciam, diziam que, quando falo medindo as palavras, devagar, é porque estou preocupado, ou seja, a situação é delicada. Por outro lado, quando falo exaltado, com emoção, é porque estou tranqüilo, convicto e firme do caminho a ser percorrido. O fato de eu haver falado com veemência apenas significa a emoção naquilo que eu estava defendendo.

Sr. Presidente, tenho o maior respeito pelas centrais sindicais, pela Força Sindical, pelas CGT, pela CUT; considero importante o seu trabalho. Assim como V. Exª, sou da luta; sou do tempo em que central sindical era uma expressão maldita. Na época do Dr. João Goulart, do antigo PTB, debatíamos muito sobre o direito de os trabalhadores terem uma central sindical. Eu pertencia à luta pelas reformas de base, anterior a 1964. Defendíamos a importância de os trabalhadores terem, no Brasil, como têm nos Estados Unidos e em outros países capitalistas, uma unidade sindical.

A minha caminhada vem de muito tempo. É singela, humilde, não tem grandes realizações, mas tem — e faço questão de manter — autenticidade e unidade, na minha maneira de me comportar. Sou uma pessoa que, graças a Deus, desde os tempos de estudante do Colégio Rosário, passando pela Junta Governativa, na Presidência da União Nacional dos Estudantes, ou como advogado, professor universitário, ou nesta Casa, como Senador, ou como Governador ou Ministro, ou na Oposição, faço um esforço muito grande para me identificar com os mesmos princípios e idéias. É claro que sempre se evolui. Estamos vendo hoje, praticamente, o mundo se perguntando para onde caminha, um mundo que assistiu à derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e à queda do Muro de Berlim; as indagações e interrogações são permanentes.

Constatamos, Sr. Presidente, a cada momento, essa evolução. Inclusive agora, quando se fala em reformar a Constituição, vemos que, em relação a alguns princípios, consideradas cláusulas pétreas constantes da Constituição de 1988, já existe uma interrogação, uma dúvida e uma predisposição para alterá-los. Mas parece-me muito importante termos a dignidade de defender a idéia, a filosofia, e o princípio inerentes à nossa sociedade e à nossa ética.

Por isto, respeito o direito das entidades sindicais — a CUT, a Força Sindical, a CGT do meu querido amigo Paulo Paim, do PT, dos partidos de oposição, de debaterem por uma política salarial. Isso é importante. Em uma hora como esta, com uma inflação maluca como essa que aí está, com os aumentos de preços generalizados, querer aumentar o salário parece-me absolutamente o óbvio. Seria ridículo da minha parte se, a esta altura, levantasse alguma dúvida com relação ao fato de que os trabalhadores, mais uma vez, estão pagando a conta e correndo atrás da inflação. Pelo amor de Deus, Sr. Presidente! Não é isso que estou dizendo. Reconheço que, mais uma vez, neste País, muita gente está enriquecendo, em detrimento dos trabalhadores, que são os que vão pagar a conta.

O que eu quero dizer, Sr. Presidente, é que há uma proposta, há uma idéia, e se avançou no tempo com relação a algo que me parece tão importante, ou até — atrevo-me a dizer — mais importante do que se discutir só uma lei salarial, que é a chamada Agenda Brasil. O Presidente da República, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, o Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, o Ministro da Previdência Social, o Ministro do Trabalho e Administração, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal, as lideranças parlamentares, os empresários da agricultura, dos bancos, do comércio, da indústria, e as quatro unidades sindicais sentaram-se à mesa em três reuniões, tendo o Presidente da República presidido longas discussões; fez-se com que assessores desses grupos continuassem trabalhando, lá, no Ministério do Planejamento. Redigiu-se uma pauta preliminar que se chamou de Pauta Brasil, onde a CUT, a Força

Sindical e as assessorias parlamentares entregaram as suas propostas. E tem-se uma média de pensamento dessa que se chamou Agenda Brasil — e pode se dar o nome que bem se entender, porque todos temos um medo enorme de fazer referência ao Pacto de Moncloa, objetivando um entendimento geral, fazer alianças, etc., porque são palavras tidas como malditas, porque parece que o Brasil não pode sentar-se à mesa para buscar um entendimento. Parece que isso só foi possível — e conseguimos o máximo — para tirar o Sr. Collor de Mello.

Lemos, por exemplo, no **Jornal do Brasil** de ontem, matéria sobre se o golpe virá ou não. O Sr. Armando Falcão, com a maior tranquilidade, afirma, em artigo no **Jornal do Brasil**, que as notícias são essas que estão aí, estão falando que vem, há prenúncios nesse sentido, conforme aconteceu em 1934, em 1950, em 1961, em 1964, e em, 1968, o Ato Institucional nº 5. E os Ministros militares dizem, com a maior calma, que as Forças Armadas estão cumprindo o seu dever, o ambiente é da mais absoluta normalidade, apesar de existir uma certa insatisfação com o soldo dos militares, que está defasado. Existe uma certa preocupação com as verbas necessárias para que as Forças Armadas mantenham o *status quo*, mas reina um clima de respeito e de ordem.

Mesmo assim, aqui ou ali, alguém da reserva, em entrevista à imprensa, fala em “fujimorização” e outras coisas mais. Esse ambiente, que é ruim, péssimo, negativo, para o conjunto da sociedade, aumenta a cada dia. Agora, tentar-se buscar um diálogo respeitoso, sério, parece-me que é mais importante do que apenas a lei salarial.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Exª um aparte?

OSR. PEDRO SIMON — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Pedro Simon, desejo oferecer a V. Exª o meu testemunho do comportamento absolutamente correto de V. Exª na condução de todos esses entendimentos. E remonto a um fato com mais anterioridade. Em dezembro, antes mesmo de se caracterizar o definitivo afastamento do Presidente Fernando Collor, quando, com a minha responsabilidade de então Presidente do Senado e do Congresso, defendi como imprescindível a sustentação da governabilidade, V. Exª, no meu gabinete, na presença do hoje Presidente e então Líder do PMDB, Humberto Lucena, defendeu exatamente que qualquer esforço conduzido pela classe política deveria ter, necessariamente, a participação dos trabalhadores. Já naquela ocasião, ou seja, em dezembro, num momento de extrema efervescência na vida político-institucional do País, V. Exª marcava sua posição de identificação com os segmentos dos sindicatos, das confederações, garantindo-lhes a presença em qualquer negociação que tivesse em vista a sustentação da governabilidade. Se V. Exª participou da Agenda Brasil, se V. Exª também esteve na reunião de ontem com o Presidente Humberto Lucena, acredito que a sua postura haverá de guardar absoluta identidade com toda a sua vida pública, respeitando as reivindicações dos trabalhadores e permitindo-lhes, portanto, uma participação nas grandes decisões nacionais. Acho que V. Exª deve seqüenciar esse trabalho, ultrapassar interpretações equivocadas que momentaneamente possam surgir e, como Líder do Governo, como Parlamentar dos mais destacados, como membro do Senado Federal, deve continuar porfiando com esse mesmo destemor, com essa mesma sinceridade, garantindo, no menor espaço de tempo possível, esse grande entendimento que viabilize o País, permitindo, portanto, que ultrapassemos essas difícu-

dades, com o fim próximo da recessão e o surgimento daquilo que é desejo de todos os brasileiros, a retomada do crescimento econômico.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço profundamente a manifestação de V. Ex^a, porque creio que é preciso, numa hora como esta, aprofundarmos a análise que fazemos dos outros e de nós mesmos. Não me considero dono da verdade. Acho que seria ridículo, de repente, alguém dizer: "Este é o caminho, esta é a verdade, esta é a luz." Podemos ler o Evangelho e ver que lá está escrito isso, mas não será esse ou aquele que, individualmente, vai adotar uma posição como se fosse a única. Porém, no momento em que estamos vivendo, entendendo e respeito discutir uma lei salarial, mais uma vez. Nós todos — os trabalhadores, os sindicatos, o PMDB, o PT e os outros partidos — vimos debatendo longamente lei salarial.

Essa deve ser a vigésima ou vigésima terceira lei salarial que deu aumento de 100%, ou até mesmo de 120%. O que eu quero defender é que se está propondo uma pauta para debater a realidade da sociedade brasileira, além da lei salarial. E o que não entendo é que, de uma hora para outra, uma central sindical diga que não vai mais participar da discussão. Eu entenderia se os empresários não quisessem participar. Pode-se até dizer que os empresários estão participando mas estão fingindo e que, na verdade, na hora de colaborar, não vão querer, que estão participando, ninguém pode negar.

Eu imaginava que o Sr. Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda, pudesse dizer que não iria participar, para esvaziar essa frente; imaginaria que o Sr. Walter Barelly não quisesse participar; imaginaria que alguém da Câmara ou do Senado não quisesse participar. Mas, de repente, avançou-se. Há um grupo reunido, composto das quatro centrais sindicais, das quatro entidades empresariais, do Governo, da Câmara e do Senado, e alguém diz que não vai mais participar, pois o problema é a lei dos 100%, e, se não a votarem, não há mais o que fazer. Será que esse é o caminho?

Como eu disse da tribuna, anteontem, e volto a dizer: ao mesmo tempo que se discute a lei salarial, podemos examinar alguns outros temas. Por exemplo, observem o que ocorreu a pretexto de tirar três zeros! O Governo não tomou medida econômica nenhuma, a não ser retirar os três zeros, coisa que, diga-se de passagem, a sabedoria popular já estava fazendo. Ninguém falava trezentos mil cruzeiros; os cidadãos falavam "trezentos paus", porque já fazia parte da filosofia popular. Ao ir ao supermercado, observava-se que, com a retirada dos três zeros, o produto que custava quatrocentos e vinte mil cruzeiros passou a custar novecentos e cinquenta cruzeiros reais.

Essa pauta de discussão é para fazer uma análise do que está acontecendo. Pode-se argumentar: isso é problema do Governo! Pode até ser, mas nessa pauta nós debateríamos essas coisas que estão acontecendo. Será que isso não é importante? Será que não é importante examinarmos juntos, por exemplo, a questão daquelas mercadorias que apodreceram no depósito? É um problema a ser discutido.

Um outro exemplo seria a questão das tarifas. Nós acompanhamos a preocupação do Presidente Itamar Franco, do Ministro Fernando Henrique, no sentido de controlar as tarifas. Eu, que já fui Ministro, sei disso, assim como o sabe o Senador Jarbas Passarinho, porque também foi Ministro. Às vezes foge ao controle do Governo o preço da gasolina, do petróleo, das tarifas telefônicas ou de energia. O tema

tarifas públicas, pois, também pode fazer parte dessa mesa de negociações.

Outro tópico importante — eu já repeti muitas vezes — é o problema dos juros. Durante um longo tempo diziam que os juros não podiam baixar porque o Governo rola mais de 35 bilhões de dólares, e a rolagem desse valor tem que resultar em juros altos senão não rolam os títulos. Pois o Sr. Fernando Henrique Cardoso, que é o Ministro da Fazenda, afirma que há meio ano o Governo já está rolando os títulos a praticamente 18%. Baixou de aproximadamente 30 para 18%. No entanto, os juros da sociedade são de 30 a quase 40%. E esse é um assunto sobre o qual podemos sentar e discutir: o que está havendo, por que é que não baixa.

Essas questões, não sou eu, o Pedro Simon, quem está levantando. Essas questões fazem parte da Pauta Brasil, elaborada pelas centrais sindicais, pelos empresários, pelo Governo e pelas Lideranças do Congresso. De repente, não vamos mais discuti-las. Eu acredito que deveria haver uma reunião de emergência. Eu acho que os trabalhadores deveriam bater à porta do Presidente e exigir uma reunião urgente. Por quê? Tem que haver uma reunião urgente, Sr. Presidente, porque alguns, sob o pretexto da retirada dos três zeros, estão aumentando os preços desmedidamente. Agora, nós, aqui, estamos fazendo o quê? Estamos querendo uma lei salarial que aumente os salários em 100% e estamos verificando que os preços estão indo lá para cima. E o que vai acontecer? O filme é velho. Aconteceu aqui: nós já votamos uma lei igualzinha a esta dos 100%, e a inflação, que estava em 30, terminou em 84%. Esse filme é antigo. Será que alguém quer repetir esse filme? Será que querem seguir o mesmo caminho? Será que nós estamos começando a voltar no "quanto pior, melhor?" Eu não consigo entender — juro que não consigo entender — por que não se quer sentar à mesa para discutir!

Vamos cobrar do Governo, vamos cobrar de seja lá quem for. Por que essas tarifas estão aumentando constantemente? O que está acontecendo? Vamos discutir! Se querem aumentar o salário em 100%, aumentemos em 100%! Só que a inflação, que agora é de 30%, passará dos 45%. Argumentarão: não é devido ao salário! Sei que não é pelo salário, mas sei que, a pretexto do aumento de salário, o preço das mercadorias aumenta. Não é preciso ninguém dar esta aula: salário não aumenta inflação; é correção de salário em função da inflação. Sei que o salário está correndo atrás da inflação! Mas a história mostra que, havendo inflação, o salário vai a vida inteira correr atrás dela. Disso todos sabem!

Então, não consigo entender que queiram aumentar o salário sabendo que vai resultar em aumento da inflação, queiram que o salário continue correndo atrás da inflação, e não queiram discutir uma maneira de diminuirmos a inflação. Não consigo entender, repito! É de responsabilidade do Governo? Pode ser. Pode ser que alguns não queiram sentar-se à mesa temendo um desgaste. A tese de aumentar salários é muito simpática, é positiva, é eleitoral. Sei, porque eu já fui atingido: amigos meus da CUT fizeram, em Porto Alegre, um panfleto onde incluem o Pedro Simon entre os que não votaram pelos 100%. Eu sei disso! Porém, não estou preocupado. Ao longo da minha vida, tenho tomado as decisões que a minha consciência manda. A única coisa que temo — eu já disse desta tribuna — e me pergunto é: será que estou mudando? Será que o Pedro Simon, agora, numa eventual posição de Liderança do Governo, é diferente do outro Pedro Simon? Isso, sim, me preocupa. Depois, pergunto-me: será que o Itamar

Franco, o Pedro Simon, o Walter Barelli, o Antônio Britto, o Fernando Henrique Cardoso, todos mudaram?

Sou autor de quatro projetos que tratam de lei de salário mínimo. Sou autor de uma lei de salário mínimo que inclui o lazer entre as necessidades do trabalhador. Sou autor de um projeto de lei segundo o qual, na época, deveria haver aumento do salário mínimo quando a inflação atingisse 10%. Vejam que a inflação era pequena naquela época. O meu argumento era de que, sendo o aumento automático, todos os empresários lutariam para que a inflação não chegasse nem a 10%, para que não tivessem que dar o aumento os salários.

Quando vejo esses produtos apodrecendo, lembro-me de que, quando eu estava no Ministério da Agricultura, tomei uma atitude corajosa. Adotei uma política chamada Plano de Alimentação Popular. Os produtos que estavam nos armazéns do Governo, em vez de serem leiloados, entregues aos grandes — como se fazia àquela época — nós os distribuíamos 35% mais baratos do que a cesta básica nas áreas mais humildes, mais pobres do Brasil. Veio o Plano Cruzado e acabou com o plano. No Governo do Estado do Rio Grande do Sul eu repeti esse plano, que significava que o homem da favela podia comprar muito mais. Hoje, desgraçadamente, num regime de inflação como este, quem paga a conta mais cara é o homem da favela. Nós todos que estamos aqui compramos nos supermercados. Enquanto compramos um produto no supermercado a 10, o homem da favela, o dono do boteco da favela vai no mesmo supermercado e compra o produto também por 10 e o vende na favela por 12 ou 13, porque vende a prazo e porque tem somente 20 ou 30 fregueses.

Esse plano deu certo quando eu era Governador do Rio Grande do Sul e deu certo quando eu era Ministro da Agricultura.

O que o Pedro Simon quer dizer com isso? Eu quero dizer que cada um tem de fazer o que pode para combater a inflação. Cada um tem de fazer o que pode para diminuir as condições de infelicidade e de injustiça dos que vivem por baixo, e não apenas beneficiar a grande arregimentação.

Eu, por exemplo, tenho uma dúvida: o pessoal da CUT, da CGT e da Força Sindical defende a tese que lei deve ser estendida a até 20 salários. Será que isso é viável? Sou um apaixonado por apenas uma lei que defenda um salário mínimo, porque, de acordo com a Constituição, o salário deve dar condições de se viver com dignidade. Se o salário mínimo garantir que o trabalhador viva com dignidade, o aumento dos outros salários virá como consequência natural.

Temos que discutir essas questões. Não podemos anualmente, discutir nesta Casa uma lei salarial, votá-la e ir embora, não nos importando com o que vai acontecer. Temos que, no Congresso Nacional, debater constantemente essa matéria, que está sempre em pauta, independentemente de projetos de lei. E essa é a realidade da sociedade brasileira.

O Sr. Esperidião Amin — V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. Esperidião Amin — Senador Pedro Simon, compreendo que V. Exª esteja fazendo este pronunciamento depois de notícias, que a imprensa nacional está a veicular hoje, a respeito da reunião havida, já no âmbito do Congresso Nacional, com a sua presença, com as das centrais sindicais. E alguns reflexos que certamente molesta até a consciência de V. Exª como lutador, preocupado com a questão social.

Quero, aqui, fazer duas observações, já que é muito difícil apartear-lo em um ponto do seu discurso. Primeiramente, V. Exª fala com mais tranquilidade agora do que quando iniciou seu pronunciamento, de acordo com os Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul. É porque, preocupado, começou falando pausado e lentamente, mas agora voltou ao seu estilo esfuizante, generoso; de maneira que já chegou à normalidade. Fico mais tranquilo com isso, porque V. Exª havia começado sua fala vagarosamente.

O SR. PEDRO SIMON — O Senador não perdoa...

O Sr. Esperidião Amin — V. Exª disse: — “Meu pessoal da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul dizia: quando Simon fala calmo é porque ele está preocupado”.

O SR. PEDRO SIMON — Este é o brilho de V. Exª: não perdoa nunca meus sentimentos. Por isso admiro V. Exª

O Sr. Esperidião Amin — Quando Simon fala esfuizantemente é porque está tudo bem. Não o aparteei em seu pronunciamento, feito há dois dias nesta Casa, porque, se fosse fazê-lo, iria dizer-lhe o que agora estou com vontade de dizer. Se o Líder do Governo faz um discurso plangente — sem que haja nisso ironia —, choroso, em relação ao quadro de reajuste de preços de gêneros alimentícios — V. Exª mostrou, há dois dias, uma planilha de reajustes de gêneros de primeira necessidade com reajustes exorbitantes, remarcações exorbitantes, etc —, imagine o choro do assalariado!? Se o Líder do Governo chega a esse tom lamurioso, imagine como vão 70%, 80% dos brasileiros!? Qual o nível de ruído, de choro, dessas famílias? Mesmo que o Governo sozinho não tivesse responsabilidade sobre isso, deveria ter a maior delas na indicação do rumo da sociedade. Quando o Governo se manifesta através de um Líder credenciado, autorizado, respeitado como V. Exª — e nesse tom, duas coisas ocorreram-me; hoje, nem tanto, porém vou dizer: das duas, uma: ou V. Exª já estava com saudade do Brasil, posto que no mesmo dia se anunciava sua nomeação para a Embaixada em Portugal, já estava com saudade dos seus pagos; ou o Governo está preparando um choque heterodoxo, ou seja, vai congelar os preços. Sejamos práticos: choro por choro vale mais o seu. Disso todos nós, V. Exª e o Ministro da Fazenda, temos conhecimento. O Senador Mauro Benevides, com a energia por todos reconhecida, há pouco falou de suas itas ao interior do Estado do Ceará, e todos nós, que percorremos nossos Estados cumprindo nossas obrigações, principalmente agora nesse mês de julho, recolhemos os depoimentos mais veementes. Gostaria de dizer, Senador Pedro Simon, que se a CUT vai sair ou não da discussão, não me preocupa, porque penso que a CUT — eu que sou crítico, muito crítico da CUT — não está errando sozinho; ela está participando de um momento de nossa vida. O Governo, Senador Pedro Simon, colocou a Lei Salarial como o breque desse acordo. Tudo mais está acontecendo: reajuste dos combustíveis — ontem, tivemos mais um. O reajuste, nos últimos 30 dias, só do combustível, foi superior à inflação. Sabemos — já disse aqui — que as ações da TELEBRÁS puxam o mercado, porque o Governo tem o compromisso de dar reajuste às tarifas telefônicas superior à inflação. Tudo está indexado; o salário não. Ele não será, no que depender da medida provisória do Governo, indexado. Por isso, mesmo sendo um crítico ativo em relação à atitude da CUT, nesta hora, temos que compreender o que ela está fazendo. Eles não têm a mesma responsabilidade do Congresso e do Governo, têm menos.

A responsabilidade deles é mais setorial, mais localizada. Não sei, Senador Pedro Simon, se o Governo vai ou não prosseguir esse diálogo com todos aqueles que participaram desde o início; mas estamos devendo ao assalariado uma resposta, e o Governo ainda não deu uma solução.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o aparte do ilustre Presidente Esperidião Amin.

Volto a falar com calma, de acordo com o que V. Ex^a disse, porque, realmente, volto a parar. De repente, é dito: será que o Pedro Simon está na tribuna do Senado querendo falar da CUT, e precisa o Senador Amin vir dizer para o Senador Pedro Simon: olha, a CUT está certa, V. Ex^a é que está errado? Será que é isso que está acontecendo? Será que, amanhã, as manchetes vão dizer mais isto: olha lá o Amin, um grande companheiro, um homem brilhante, digno, mas é o Presidente do antigo PDS; foi Governador pelo antigo PDS, está lá do lado da CUT, e o Simon está do outro lado? O que aconteceu? O Amin evoluiu, é agora um homem avançado, progressista, e o Pedro Simon não. Olha, estou assustado!

Sinceramente vou ter que parar, vou pegar meus pronunciamentos e comunico a V. Ex^a que vou para casa refletir e analisar. O que está acontecendo?... Quer dizer, o meu amigo Amin, um homem de bem, progressista — sei disso, embora muitas vezes a sociedade não saiba que o Amin foi Governador do antigo PDS e foi um homem da antiga ARENA —, é tido como uma pessoa que tem idéias diferentes das minhas. Sou tido como um homem progressista.

O Sr. Esperidião Amin — Isso é só do pessoal que tem preconceito, Senador.

O SR. PEDRO SIMON — Venho do antigo PTB, MDB e tenho até idéias consideradas meio de esquerda. De repente, o Senador Amin evoluiu e eu regredi. Será que é isso, ou será que não estou entendendo, sou de uma incompetência total, que também estou regredindo na exposição de minhas idéias? Não alterem o sentido do que estou dizendo. O que acentuo é que o problema da inflação é dramático; os trabalhadores estão pagando para trabalhar e isso é uma injustiça. Mas queremos o quê? Debater uma Lei Salarial? Se é isso então, vamos debatê-la! Não estou discutindo valores; se quiserem votar 100 ou 200, que votem! O que peço é que analisemos o problema da inflação, o que fazer para contê-la. Será que aumentar o salário para 100% conterà o problema da inflação, ou será que resolverá se debatermos outras teses, como: preços, juros, oligopólios? Não há mais condições de se discutir.

Será que estou falando em grego? Ou então eu mudei e agora sou contra a CUT, a CGT e a favor dos empresários e banqueiros. Quero deixar claro que a situação é amarga, esse "filme" sobre os salários é doloroso, o que cria um ambiente difícil.

Ontem, os Coronéis da reserva, que realizaram um debate, em Porto Alegre, de muita competência — diga-se de passagem —, falaram que as Forças Armadas estão cumprindo com seu dever. Dizia um dos Coronéis que a situação social hoje está mais difícil que em 1964, os dramas da sociedade são muito maiores hoje do que no passado. São 32 milhões de pessoas que passam fome, e essa discussão que estamos travando aqui não trata disso, não chega até essas pessoas que passam fome, porque estas não ganham nenhum salário, nem meio salário.

Penso que, se somos realmente sinceros em querer equacionar essa questão social, temos que nos aprofundar nela. É isso que estou dizendo, é isso que estou questionando. Ou será que a participação do Congresso é votar uma Lei Salarial, dar 100%, e depois vamos para casa que está resolvido o nosso problema. É para isso que estamos aqui? É essa a nossa responsabilidade? Eu sou Oposição, eu sou Governo, eu sou Senador, eu sou Deputado, eu sou CUT, sou CGT, e o Governo que resolva! Depois vamos dizer que o Governo é incompetente. Vamos deixar assim, sem assistir, sem colaborar, sem fazer a nossa parte? Por que o Simon está insistindo? Porque avançamos, como nunca tínhamos avançado, na época do Presidente Sarney. Ele diz: "A mágoa e o sentimento que tenho é que eu devia ter insistido mais do que insisti no diálogo, no entendimento. Devia ter feito mais força do que fiz". E ele fez força, mas não conseguiu chegar até lá.

O que me magoa é que estamos chegando a um entendimento, a um diálogo. Chegamos a fazer uma pauta de discussão e, de repente, não querem mais sentar à mesa para discutir. Juro, repito, que não entendo essa recusa. Diz bem o Senador Amin: "Mas, então, o que está havendo? Por que a gasolina está aumentando tanto?" Vamos discutir isso, faz parte da pauta discutir tarifas. Vamos colocar o Governo no debate, vamos colocar o Governo na discussão.

Aconteceu o episódio da mercadoria que apodreceu nos armazéns. Por que isso aconteceu? Aparece no jornal: "A culpa é do proprietário do armazém". Sei lá de quem é a culpa. Vamos analisar isso também.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON — Com o maior prazer, ouço o aparte de V. Ex^a, com a experiência de quem entende. V. Ex^a não só é do Partido do Senador Amin como entende de política salarial, porque foi um grande e respeitado Ministro do Trabalho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Muito obrigado a V. Ex^a. Sou presidido pelo Senador Esperidião Amin, no PPR, sou um Senador que foi Líder da Arena, sou um Senador que foi Líder do PDS, quando teve o prazer de ter V. Ex^a aqui, nesta Casa. Não sei quem é o convertido, Senador Pedro Simon. Eu apenas direi a V. Ex^a que fico muito feliz de ouvi-lo, porque, quando Ministro do Trabalho, quando a massa salarial significava 72% da Renda Nacional, nós sabíamos que qualquer política salarial era extremamente delicada, e eu recebi o encargo de prosseguir numa política salarial que o Presidente Castello Branco tinha deixado.

O SR. PEDRO SIMON — Era 70...

O Sr. Jarbas Passarinho — 72%, e agora representa trinta e poucos...

O SR. PEDRO SIMON — Essa é a questão. Desculpe-me pela interrupção, mas essa questão que V. Ex^a está levantando é uma das questões primeiras que o Ministro Walter Barelly colocou na mesa de negociações. Foi 70%, é 30%, e diz o Ministro Walter Barelly que, nesse espaço do Governo Itamar Franco, aumentou em 1,5%, o que não é grande coisa, mas diz S. Ex^a que aumentou e essa é uma das grandes teses do debate da agenda que deve ser feita. Tem razão V. Ex^a.

O Sr. Jarbas Passarinho — Daí porque concordo plenamente que não se pode analisar essa questão apenas setorial-

mente. Ela tem que ser objeto de uma política global, e nesse ponto é que V. Exª coincide comigo e com o meu passado, porque eu sempre defendi o ponto de vista de que o aumento nominal de salário é uma política cruel com o assalariado. Ilude-o, engana-o e faz com que, em seguida, ele pense que está bem-situado com o aumento, mas a inflação toma conta imediatamente do problema. Aí surge a velha discussão: é causa ou efeito de inflação? Não discutirei mais isso. V. Exª era Senador aqui quando eu era também e tínhamos a companhia do Senador Roberto Saturnino, que, naquela altura, era o mais respeitado economista do MDB. Ele escreveu um livro, decorrente em grande parte dos discursos que fez aqui, chamado "Discursos Democratas" — V. Exª talvez tenha lido —, onde ele diz: "O salário pode ser causa de inflação e pode não ser". É causa autônoma de inflação quando paga mais do que a produtividade de quem o recebe — é evidente! — e, quando paga menos, é evidente que não é causa de inflação. Estaríamos iludindo o trabalhador com esses 100%. Daí porque votei aqui duas vezes contra, Senador Pedro Simon: votei contra a política da Câmara dos Deputados, até discrepando do meu partido, e votei contra a proposta do Governo, embora reconhecendo, como já reconheci em artigos que escrevi para o jornal *O Liberal*, do Pará, a honradez, a probidade, a correção do Relator, que é o Senador Beni Veras, que hoje nos preside. Achava extremamente forte um redutor de 50%, ainda que não tenha — seria leviandade se pretendesse ter —, no momento, dados para justificar se um redutor de 60% poderia produzir, ou não, como disse o Relator, um aumento real de salário. O problema para mim, Srs. Senadores, está exatamente no que V. Exª hoje defende, e que sempre defendi: o aumento nominal de salário, além de ilusório, é uma crueldade com o trabalhador. V. Exª citou, ainda há pouco, que — o nosso preclaro Colega nesta Casa, ex-Presidente da República, Senador José Sarney, não gosta que se diga isso, mas vou incorrer no desagrado de S. Exª — os gatilhos levaram a uma inflação de 84% ao mês. V. Exª citou há momentos. Aumenta e aumenta também o processo inflacionário. Daí a história de correr atrás da inflação ou o cachorro correr atrás do gato. De modo que a política salarial não pode ser isolada de uma política de rendas; não pode ser isolada de uma frontal, dura e séria política de combate à inflação por parte do Governo, na medida em que ele não pode gastar mais do que arrecada. É isso que estou louvando no discurso de V. Exª. Relativamente às centrais sindicais, tive uma experiência, Senador, que não me permitiu ter grande otimismo em relação a resultados. Cada uma delas quer ter a bandeira daquela que mais disputou em favor dos seus correligionários na central. De maneira que fica muito difícil, quando sentam juntas, que se compoñam. Observei, por exemplo, quando passei pelo Ministério da Justiça — e tive essa responsabilidade — que quando a Força Sindical indicava uma proposição, imediatamente a CUT queria uma melhor, porque ninguém queria ficar ali apenas sujeito a dizer que o outro líder sindical foi quem conseguiu a vitória. Então, esse ponto para mim é muito importante. Lembrar PDS, ARENA, MDB, PTB ou o que seja, para mim, hoje, é parte das páginas viradas da História. Estamos diante de uma realidade, e essa realidade é cruel! Ainda há pouco, dizia-me o nobre Senador Elcio Alves — que também pede um aparte a V. Exª — que não temos guerra interna, terremotos ou maremotos, não temos esses problemas brutais que estão aí pelo Mundo. Como foi possível, nobre Senador Pedro Simon, V. Exª que é um Líder, que

o Presidente Castello Branco tivesse conseguido reduzir uma inflação, numa expectativa de 144% ao ano, sem correção monetária, até chegarmos a 12,5%? Arrocho salarial? Ao meu tempo de ministro, era inteiramente indexado o salário, e ainda se dava produtividade. Então, é isso que nos torna perplexos. Como é que não conseguimos, passados tantos anos, debelar mais a inflação? Desde o fim do governo dos militares, reconheça-se. Tivemos uma inflação de 200% ao ano, ainda que estabilizada naquele tempo, com o Ministro Delfim Netto sendo o Ministro das Finanças, que na ocasião era o Ministro da Fazenda. Então, esse é um ponto a que, acho, a exortação de V. Exª nos convoca, para que todos, dentro do ponto de vista de V. Exª, sentemos à mesa e procuremos localizar onde estão essas causas e concausas que, na soma, levam-nos a esse resultado desastroso de — eu nunca imaginava ter no meu País! — uma inflação anual superior a 1.500% ao ano! Obrigado a V. Exª

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço pelo oportuno, competente e inteligente aparte de V. Exª, que é um homem que ocupou as mais importantes posições neste País. E, para nossa felicidade, podemos de V. Exª divergir, mas sempre reconhecemos em V. Exª um homem de bem, um homem íntegro, um homem de caráter.

Creio que é muito importante dizer a V. Exª um aspecto que me parece muito claro, e que colocou bem: não estou discutindo aqui, neste momento, nem a lei que vai ser votada. Se a CUT, se o meu amigo Senador Esperidião Amin, se a CGT, se o PDT, se o PT vão votar os 100%, tudo bem, não estou discutindo isso. O que estou colocando é por que não continuarmos à mesa de negociações, discutindo uma Agenda Brasil para ver os itens restantes? É isso que estou enfatizando, é isso que temos que discutir. Afinal, a imprensa toda está publicando que o Brasil está praticamente isolado nessa questão inflacionária. Não preciso dizer que é necessária uma ditadura para baixar a inflação, como aconteceu no Chile. A Argentina, que tem um regime democrático, baixou a inflação. Está lá o Sr. Carlos Menem, que assumiu o governo com muito menos prestígio que o Sr. Collor, com muito mais desgaste, e está lá com o Sr. Domingos Cavallo na Pasta da Economia, dando a volta por cima. O Paraguai também está mudando agora para o regime democrático e para se mudar não é preciso estar numa ditadura. O México está numa democracia.

Então, não entendo essa história de alguns colocarem nos jornais que a ditadura tem que voltar, vamos devagar. Mudanças profundas têm sido verificadas na normalização da vida, da economia e no social no regime democrático como foi na Argentina, Paraguai e na própria Rússia, que foi nossa aliada, até ontem com uma inflação **record**, no regime democrático já está em 15%, quando era 30%, como a nossa.

Gostaria que os Srs. Senadores entendessem que não estou falando como Líder do Governo, pois não tenho a autoridade nem do Sr. Fernando Henrique Cardoso e nem a do Senhor Presidente da República para falar, mas estou falando como Pedro Simon e a minha consciência me diz isso. Agora, não é porque o Governo faz ou não que estou discutindo, pois estou referindo-me a nossa responsabilidade, a minha, a do Senado, a do Congresso Nacional, da sociedade brasileira que está vendo aí os candidatos à Presidência da República reduzidos a zero. Para a Presidência da República não podem ser nem o Sr. Maluf, Lula, Quéricia, Brizola, pois tem que ser escolhido um homem de fora, porque os políticos estão desmoralizados.

De repente falam em golpe, em choque, e o coitado do Fernando Henrique Cardoso jura que não ocorrerão. Ora, vamos devagar. O que estou propondo é que se converse, e isso nada tem a ver com os presidencializáveis. Acho que é normal que os candidatos à Presidência da República façam a sua campanha para alcançar o cargo, mas sem essa luta para mostrar quem fez mais coisas erradas, sem que se queira remover — e remoção tem um sentido eleitoral que a mim não agrada — pois isso pode se tornar uma “caça às bruxas”. Essa história de se ter coisas guardadas para serem usadas quando necessário não pode existir. Se há coisas guardadas devem ser mostradas permanentemente, a qualquer momento, e não em ocasiões oportunas.

Ao invés disso, o que estou dizendo é que devemos dialogar. Se outras nações conseguiram isso, por que o Brasil não pode, também? Mas o que acontece é que conversamos para saber qual é o lucro. A situação brasileira está muito mal, sim, mas devemos procurar saber qual pode ser a nossa colaboração. Nós, do Senado Federal, por exemplo, poderemos dizer que até o final do ano não aumentaremos nosso salário e isso seria nossa contribuição.

Disseram-me: “O Simon tem um projeto de lei determinando que um Senador ou um Deputado não podem ganhar mais do que vinte vezes o menor salário. E como é que um Deputado vai viver com isso?” Mas como é que uma pessoa vai viver com o menor salário? Estou dando apenas um exemplo, mas o que quero dizer é que cada um deveria discutir a sua parte.

Os banqueiros poderiam dizer que têm condições de racionalizar, de contribuir para baixar os juros, o Governo pode fazer os cortes que devem ser feitos. Parece-me que o Ministro Fernando Henrique Cardoso está fazendo isso, pois o corte deve ser na “carne” do Governo, o déficit público deve ser diminuído. Cada um deve dar a sua colaboração.

É claro que isso não é eleitoral, não dá voto para ninguém. O Ministro Fernando Henrique Cardoso vai entrar mal, o Presidente da República também, da mesma forma os Parlamentares. Mas não é hora de falar isto, e sim o momento de perguntarmos em que podemos ajudar e colaborar.

Sentar à mesa pode resultar em desgaste eleitoral. As medidas que precisam ser tomadas poderão ser amargas, difíceis, mas, ou temos coragem de tomá-las ou, então, é só esperar. Voltaremos a dar o aumento mensal, a inflação voltará a 84% e só.

Graças a Deus terminou tudo bem, tivemos uma eleição presidencial, o Sr. Fernando Collor venceu e deu tudo certo. Mas no final do Governo Sarney, justiça seja feita, não se falava em golpe, não se falava em nada que não fosse democracia, falava-se em abertura, e havia uma torcida. O Governo estava terminando, havia uma eleição e se jogava o corpo e a alma na nova Constituição e na eleição do Presidente.

O que estamos sentindo no ar não é isso, mas, sim, uma desilusão, sentimento que não é bom para ninguém, principalmente para os trabalhadores. Ganhou o presidencialismo, mas cada nome indicado tem “isso” ou “aquilo”.

O Sr. Elcio Alves — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Elcio Alves — O discurso de V. Exª, Senador Pedro Simon, vem dentro da norma geral das sextas-feiras. Eu dizia há pouco tempo ao Senador Jarbas Passarinho, nosso colega, que a sexta-feira é, realmente, um dia privilegiado, porque os grandes temas estão aflorando neste dia. Gostaria

de examinar o seu discurso sob dois enfoques. Primeiro, o enfoque do Líder do Governo, e é muito natural o seu posicionamento no momento em que tem essa grave responsabilidade de representar o pensamento do Governo nesta Casa. E o segundo enfoque, evidentemente, é do brasileiro. Todos nós, brasileiros, estamos angustiados com esta problemática que está aí. O seu tema é fundamental para ser examinado. Tristemente, esse projeto de salário paralisou o País, paralisou a Casa. Ninguém está discutindo mais nada neste País, está tudo em torno disto. E eu vivi, como todos aqui viveram, aquela madrugada em que foi votado o parecer do Senador Beni Veras. Votei pelos 50%. Acompanhei o relatório deste Senador, porque me convenci dos números que me foram oferecidos e não queria de maneira alguma fazer concessões à minha posição política em detrimento de uma posição que eu achava profundamente grave em relação ao quadro brasileiro. Não adianta ficar discutindo salário. V. Exª disse bem, o problema é econômico. Ou nós resolvemos a economia como um todo — e aí temos os reflexos na área salarial, na área social ou vamos ficar discutindo a vida inteira enquanto durar o nosso mandato. Infelizmente, um dado que é altamente preocupante, o Brasil hoje é a quarta Nação em matéria de inflação alta. Na nossa frente temos a Iugoslávia, o Zaire e a Rússia, onde há — como disse o Ministro Jarbas Passarinho — terremotos, guerras etc. No Brasil há sol, praia, turismo, é um País de gente feliz, inegavelmente, e nós, infelizmente, até o momento, não tivemos capacidade para resolver o mais grave dos problemas, que é a inflação. Querer dissociar a inflação disso tudo é cometer um erro imperdoável. Mesmo sendo integrante da sigla do Partido da Frente Liberal, apoio dedicadamente a política do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Não quero saber se o Ministro vai ser candidato a Presidente da República ou se é do PSDB ou de um outro Partido. Entendo que, nesta hora, acima de interesse partidário ou de candidatura está o interesse do País: ou nós, realmente, ajudamos, não o Presidente Itamar Franco, a pessoa física isoladamente — nós temos de ajudar o Governo a encontrar soluções... E V. Exª disse muito bem. O que está acontecendo com as centrais sindicais é que cada um está porfiando melhor desempenho perante o trabalhador para dizer que conseguiu índice mais alto, mas, até agora, nós não recebemos números. Naquela reunião V. Exª disse muito bem: temos que cobrar esses números, porque eu quero cotejar os números das centrais sindicais com os números do Governo. Se eu me convencer, Senador Pedro Simon, de que as Centrais Sindicais, realmente, têm razão, eu voto. Agora, entendo que essa discussão da política salarial tem de ser colocada no segundo plano, não em razão da angústia do trabalhador, conforme falou o Senador Esperidião Amin — todos estamos angustiados. O salário não está resolvendo os problemas, e isto está acontecendo em todos os patamares da sociedade brasileira. Mas se não resolvermos o grande problema, que é o problema da inflação, realmente, vamos ter um quadro doloroso. E foi dito, aqui, antes do resultado do plebiscito, que seria quase impossível ao Presidente Itamar Franco segurar a situação brasileira na área econômica, na área política e na área social, em virtude, exatamente, de aflorar o interesse eleitoral. E a grande verdade é esta: estamos com a sucessão antecipada, tudo que se faz, seja no campo da política salarial e em qualquer outro campo, já há uma visão muito clara, muito definida da sucessão que aí está. Agora, mais grave, gostaria de fazer esta colocação e devo dizer que, também, sou egresso da ARENA. Fui Governador

do Regime Militar mas, hoje, aqui, tenho uma preocupação na independência do meu mandato: eu voto com a minha consciência. Mas está me preocupando um ponto muito sério: está sendo fomentada, Senador Pedro Simon, uma luta de classes por pessoas que não têm a visão maior deste País, que não estão se preocupando com a situação. E diria a V. Exª que, a pretexto de bandeiras muito puras, essa luta de classes cada vez mais vai se acirrando. Ouvi discursos, na praça pública da minha capital, numa reunião de bancários discutindo política salarial, todos eles timbrando uma divisão de classes e dizia-se que o banqueiro Fulano de Tal tinha uma fazenda, etc. Então, a reivindicação salarial não se cinge apenas ao problema dos salários, ela vai mais além da concepção ideológica. E, hoje, tristemente, ouvi uma notícia que quero registrá-la aqui. Pelo profundo respeito que devoto a uma das figuras humanas mais admiráveis deste País, que é o Líder Betinho, que está, ao lado do Governo, tentando mobilizar a sociedade brasileira em favor do combate à fome, ele se aprestando a receber do Ministro Sepúlveda Pertence o excesso de cédulas ou o remanescente de cédulas para ser revertido em dinheiro e, então, contribuir-se para a campanha de combate à fome. Mas, em relação ao oferecimento do Sr. Olacyr Moraes, com quem não tem amizade alguma, não tem laço algum, ele apenas disse que não vai procurar o Sr. Olacyr Moraes, que ofereceu uma contribuição volumosa em soja, porque, segundo seu entendimento, o próprio empresário é que deve dizer quantos quilos vai mandar e providenciar o seu transporte. Não podemos usar bandeiras — são bandeiras muito puras, bandeiras importantes — nesse aspecto ideológico. Senador Pedro Simon, V. Exª fez um reparo, assim como o Ministro Jarbas Passarinho, que também ratifico, pois entendo que, neste momento, no Brasil, não pode haver essa divisão entre progressistas e conservadores. Não pode haver isso! Tem de haver a convergência de todos os brasileiros. Estamos vivendo uma realidade política internacional muito grande. Estamos disputando mercados. O Brasil ainda não se capacitou, e nós temos de modificar exatamente essa conceituação política. Temos de nos unir, neste momento, e estou ao lado do Governo Itamar Franco. Entendo que a luta é em favor do País. Como o Governo é o Governo do Presidente Itamar Franco, a ele temos de dar a nossa colaboração dedicada. Mas, tristemente, Senador Pedro Simon, o seu desabafo é natural. É o desabafo de um homem que sempre acreditou nas boas causas, é o desabafo de um homem Henrique Cardoso foi muito claro: ninguém senta na mesa de negociação para abrir mão de qualquer tipo de vantagem, todo mundo quer levar vantagem neste País, e aí acontece o que estamos vendo. É o desespero de V. Exª, é o meu e o de todos os brasileiros quando verificamos que, a pretexto do aumento do salário mínimo, de novos índices, começa uma batalha de remarcação que é profundamente criminosa. Qual é o caminho? Parece-me, sem ser um homem enfronhado nas coisas do governo, que devemos partir para uma política econômica rigorosa, eminentemente rigorosa, e a partir daí teremos os reflexos sociais. Do contrário, Senador Pedro Simon, vamos continuar vivendo essa angústia que é a angústia de V. Exª no dia de hoje. Dou-lhe a minha solidariedade, solidariedade de colega, solidariedade de brasileiro e entendo que, neste momento, nós temos de reafirmar aqui no Senado, independentemente de siglas partidárias ou de interesses eleitorais com vistas à sucessão, o nosso apoio ao Governo, porque neste momento o Presidente Itamar Franco é o depositário da confiança de todos os brasileiros. Ao

cumprimentar V. Exª, quero dizer que cada vez mais reciclo-me intimamente para saber que vamos enfrentar, a partir deste momento, dias muito mais tormentosos do que esses que estão sendo apresentados agora à guisa da discussão da política salarial.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o importante aparte de V. Exª. Acho que ele foi muito oportuno, na tranquilidade, na serenidade, na demonstração daquilo que temos que fazer no sentido coletivo. Acho que é importante destacar e acrescentar essa questão. É muito batida aquela história de que estamos sempre querendo imitar o americano, mas, na verdade, a frase do Kennedy é verdadeira. O que podemos fazer para ajudar? Não é o que o Brasil pode me dar, fazer por mim, mas o que podemos fazer por ele? O importante, segundo Cristo, é cada um dar de acordo com a sua possibilidade, de acordo com aquilo que pode. A campanha do Betinho, por exemplo, emociona! Quando estive em Porto Alegre fiquei emocionado com o seu pronunciamento e com o pronunciamento do Bispo de Duque de Caxias. Estávamos em uma reunião na Assembléia Legislativa e, como houve um chamamento geral, ela estava lotada de empresários, trabalhadores, políticos, inclusive com a presença do Coordenador pelo Rio Grande do Sul, Nelson Sirotsky, homem de imprensa, que está fazendo um belíssimo trabalho. No meio do seu pronunciamento, o Betinho disse: “Quando falo sobre o problema da fome, quando faço um apelo no sentido de que se faça alguma coisa, vejo que as pessoas ficam me olhando de maneira estranha e dizem que estou com muita pressa! E pela maneira como me olham, entendo o que estão pensando. E digo: sei o que vocês estão pensando. Pensam que tenho pressa e que estou falando essa linguagem porque o meu fim está próximo. Mas a minha tranquilidade é dizer que o fim de vocês também vai chegar. Não importa a diferença entre mim e vocês, se o meu vai levar menos tempo do que o de vocês, não é isso que importa. O que importa é o que eu faço com a minha vida enquanto estiver vivo, o que cada um de vocês faz com suas vidas enquanto estiverem vivos.”

Então, essa campanha de combate à fome, emociona. Mas, daqui a pouco, pode cair no vazio. Porque poderá cair na rotina de o fulano dar isso, o sicrano dar aquilo. Por exemplo, outro dia, enquanto conversava com o Presidente Itamar Franco, pedi a Sua Excelência para fazer um levantamento dos projetos que existem no Brasil para resolver o problema da fome, o problema do menor abandonado, o problema da velhice, o problema dos desamparados. Quantos existem? Temos a LBA, merenda escolar, uma infinidade. O Presidente Itamar Franco está procedendo a esse levantamento e já contabilizou, só no Governo Federal, cerca de 27 órgãos encarregados dessa questão! Recentemente, fizeram um levantamento no Rio de Janeiro e constataram que aquele Estado tem mais 200 entidades destinadas a cuidar dos meninos de rua. Se cada uma dessas entidades cuidasse apenas de dois menores, não existiriam os meninos de rua. Parece-me que essas questões nos obrigam a aprofundar nossa discussão, e a aprofundar nossa responsabilidade. Se existem 27 entidades destinadas a amparar o menor e o idoso, e estas não funcionam, posso dizer que não tenho nada a ver com isso, venho até aqui e critico. Mas, também sou responsável. Estou há 16 anos neste Senado, sou um parlamentar, portanto, sou um pouco responsável.

Se há uma anarquia, se há uma desorganização, se a máquina burocrática não funciona, etc., mas as leis passaram por aqui. Por ação ou por omissão, somos todos um pouco

responsáveis. Então, não estou cobrando nem de "a" nem de "b" determinado comportamento, não estou querendo bancar o "bacana". Não vim aqui para dizer que quero isso ou aquilo porque sou mais responsável do que os outros. Estou fazendo um chamamento para que entendamos a importância dessas questões.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Darei com o maior prazer, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador Pedro Simon, se não me engano, o núcleo do seu discurso está na necessidade do diálogo diante da crise nacional.

O SR. PEDRO SIMON — Exatamente.

O Sr. Josaphat Marinho — Não preciso, no particular, acrescentar nada ao que, ponderada e corretamente, V. Exª está sustentando. Queria apenas trazer um adinículo a esse debate. É preciso que o diálogo se desenvolva também dentro do Poder Legislativo, entre as suas duas Casas. Não estamos dando exemplo ao País de perfeita segurança dos nossos deveres quanto ao funcionamento da Câmara e do Senado. Se as duas Casas são independentes para assuntos específicos, elas, entretanto, devem tratar, em comum, de assuntos que são do interesse nacional.

O SR. PEDRO SIMON — Acho que mais uma vez o Senador Josaphat Marinho sintetiza com rara habilidade aquilo que poderíamos concluir no nosso pronunciamento. Na verdade ele tem razão. Estamos, aqui, falando em CUT, em CGT, em Força Sindical, e a nossa posição?

Tem razão o Senador Josaphat Marinho. Nós também temos que debater, porque tudo que está aí, hoje, é fruto de lei. Quer dizer, na época do regime militar podíamos acusar o governo vigente: era institucional, ato complementar, decreto-lei e não sei mais o quê. Mas, agora não. O que existe é fruto de lei, e, se não é fruto de lei, é algo legal que existe e que podemos mudar, se quisermos.

Quero deixar as coisas muito claras. Não critico, só digo uma coisa, que já disse várias vezes desta tribuna, e vou repetir: que já disse várias vezes desta tribuna e vou repetir: nunca me esqueço — eu era Ministro — quando o então Ministro João Sayad escreveu um artigo intitulado "Hipocrisia", publicado na *Folha de S. Paulo*, para o qual estou pedindo a transcrição nos Anais da Casa; não sei se V. Exª o leram. Foi um dos artigos mais corajosos de que tomei conhecimento. A certa altura, S. Exª disse: o que é que há com o Brasil?

O Brasil, do ponto de vista técnico, do ponto de vista científico, está em condições de debater com qualquer primeira potência, temos a ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica da Itaipu, obras espetaculares. Agora, quanto ao social, nessa área, todos os planos fracassam. Será que essa é a nossa realidade? Vejamos, o BNH, os planos populares da Caixa Econômica, o programa do leite, o plano de bolsas de estudo, o programa de merenda, enfim, tudo acaba não sendo levado a termo. Será que esse não é um assunto para ser debatido, como disse há pouco, em aparte, o Senador Josaphat Marinho? Será que é isso que o Presidente da República está dizendo? Que existem 27 órgãos encarregados do problema do menor e desse problema de fome, e não há nada que se resolva?

Eu penso que falar e discutir a respeito desse assunto é debater sobre o problema da sociedade, dos salários, da fome e da miséria dos que ganham e dos que não ganham,

e não votar apenas uma lei salarial sem entrarmos no profundo da questão.

O Sr. Almir Gabriel — V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com o maior prazer.

O Sr. Almir Gabriel — Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, ouço um discurso samaritano, com um entusiasmo extraordinário. Essa referência eu gostaria de fazer para começar o meu aparte. Em segundo lugar, eu não consigo dissociar o meu trabalho médico, que executei durante mais de 30 anos, da política. E há uma questão que colocaria aqui: todas as vezes em que eu entrava em uma enfermaria de crianças e via uma chorando, esperneando, gritando e, ao mesmo tempo, observava algumas dormindo, quietas, a experiência da Medicina demonstrou-me que era necessário assistir primeiramente este último grupo, porque dentre elas algumas, certamente, poderiam estar em coma. Da mesma forma contemplo a sociedade brasileira. Quando observo banqueiros, oligopolistas, presidentes de centrais sindicais, parlamentares, representantes de partidos assomarem à tribuna, irem a jornais, darem entrevistas em televisão e dizerem extraordinariamente a desesperada situação do Brasil, e no dia seguinte, ver como se comportam, eles me remetem, exatamente, àquelas crianças que estavam dentro da pediatria chorando. Na verdade, estavam desconfortadas pelo fato de não estarem acompanhadas das suas mães. Mas, em termos de doença, de saúde, o estado delas não era tão grave quanto o das crianças em coma. Diria que, na sociedade brasileira, esses 32 milhões de habitantes que vivem na miséria, na indigência e não têm como nem por onde vocalizar as suas necessidades, a não ser por figuras como a de V. Exª e de outros políticos, representantes, também sérios, como o Betinho, e outras pessoas que temos dentro da nossa sociedade, mas cuja vocalização é sufocada por esse imenso choro feito por essas pessoas que lideram, quer da área de trabalhadores, quer da área de empresários. Eu diria que o Governo Itamar tem características especiais, pois chegou num momento especial. Todo o brasileiro que tem o mínimo de consciência política sabe disso. Que o Senhor Presidente Itamar Franco tem defeitos, sabemos. Mas alguns pontos e qualidades que Sua Excelência possui são absolutamente indiscutíveis, quanto à probidade, seriedade e sensibilidade social. Conseguiu formar um Ministério, onde essa discussão também não é reconhecida, de pessoas sérias, probas e trabalhadoras. Penso que, após o primeiro, segundo e terceiro mês, Sua Excelência buscou essa articulação e a cooperação da sociedade — e essa sociedade sempre encontrou motivos para ridicularizá-lo, ou para ser contra a sua política. No meu entendimento, ficou demonstrado que para os banqueiros, por exemplo, do BRADESCO e Itaú, respectivamente, que tiveram no ano passado um lucro de 400 milhões de dólares, e no período de quatro anos 1 bilhão e 400 milhões de dólares, evidentemente interessa manter a inflação nos níveis em que está, assim como para os oligopolistas, porque ao olhar o balanço da maioria dessas empresas se vê que o lucro financeiro que tiveram foi muito maior do que o lucro operacional. Por outro lado, eu, que sempre tive uma enorme ligação e alegria em ver o crescimento das nossas centrais sindicais, contemplo que, ao tempo em que elas fazem todas essas postulações, na verdade, a relação direta dos metalúrgicos com aqueles que são oligopolistas, acaba antecipando, em décadas, aquilo que se tenta dar para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Neste momento, o discurso de V. Exª tem todo o clamor no sentido da busca desse

entendimento, da busca dessa fórmula através da qual chegássemos, por consenso, a encontrar o caminho melhor para o País. Acontece que grupos políticos e outros interesses estão hoje colocando em jogo uma outra questão que vai acontecer em 1994, que são as eleições gerais. Qual é o meu entendimento? É no sentido de que todos esses grupos têm certeza que a situação do Brasil é grave, é séria, mas nem é tão grave, nem é tão séria, nem é tão instável, nem pode ir para o lado da ditadura que não possa fazer com que eles batalhem ainda para tirar a sua parte, a sua lasca, o seu pedaço da situação que está sendo vivida pelo Brasil. Concorro com V. Exª que é incompreensível que Argentina, Chile, México, Rússia, já tenham encontrado o caminho e que o Brasil, sem viver condições semelhantes a deles, não tenha encontrado, já que tem condições até mais favoráveis. No meu entendimento, Senador Pedro Simon, o governo já deu mostras do ulado e conjunto. Nessa altura ele tem que fazer a opção clara, que é aquela da sua raiz, que é a do seu sentimento lá de dentro, que é a da história de cada uma dessas pessoas que compõe hoje esse próprio governo e que não pode ter nenhuma dúvida, e a sociedade não pode ter nenhuma dúvida, quanto ao compromisso social e quanto à seriedade. A opção nesse momento é o governo, realmente, fazer o controle das contas públicas, pagar a dívida mobiliária interna e voltar a crescer economicamente, especialmente, na área que envolve os trabalhadores que estão hoje desempregados, porque eles não estão lutando por aumento de salário pelo simples fato de que não o têm. No meu entendimento, Senador Pedro Simon, a história política, a grandeza moral de todos os que compõem hoje o Governo já lhes permite dar para a sociedade a clara opção do que é que vão fazer daqui para diante. Isso não quer dizer que irão hostilizar nenhuma central sindical, os banqueiros, os políticos; mas que devam ver aqueles que realmente estão interessados em colocar o Brasil dentro do seu caminho, de um caminho correto, de molde a que as nossas eleições de 1994 propiciem o crescimento do País, propiciem uma nova fase para o País. Penso ser essa a opção política mais correta. Quero fazer um comentário final. Respeito a experiência de V. Exª, está longe a minha experiência de fazer política, embora tenha feito política estudantil e política de categoria de médico. Na verdade, a admiração que tenho pelo trabalho político V. Exª vem de décadas; está muito longe a minha experiência de ser colocada em confronto com a de V. Exª, mas eu diria que, nessa altura, não seria ingênuo o seu discurso; seria o discurso de um patriota, que realmente deseja encontrar o caminho mais rápido; de um democrata, que deseja também, com a participação do conjunto das forças existentes dentro da sociedade, encontrar um caminho de consenso. Mas acredito que enquanto este País estiver com uma inflação de 30%, 35%, 40%, 50%, enquanto não houver hiperinflação, explosão, enquanto não forem seqüestrados quase todos os empresários, enquanto, enfim, as coisas não tiverem sido levadas a uma situação quase que de guerra civil, não essa guerra civil escondida que existe no Brasil, não teremos as diversas pessoas, as diversas correntes, sentadas à mesa, buscando o caminho melhor para o País. Trata-se de uma opção: o Governo deve decidir com quem deve trabalhar, para poder trabalhar, de fato.

O SR. PEDRO SIMON — Recebo emocionado o aparte de V. Exª

O que disse V. Exª no final do seu aparte é algo a que tenho assistido e que me preocupa muito. Muitas pessoas

me procuram para dizer que sou romântico e ingênuo ao falar na possibilidade de um entendimento. Segundo elas, o que temos, de concreto, é a eleição presidencial, é a situação que o *O Globo* e o *Jornal do Brasil* retratam ao publicar nome dos cartéis, dos oligopólios que estão ganhando. São dezenove oligopólios que decidem os preços nos supermercados. Será que não podemos discutir sobre isso? Não podemos debater essa matéria, não podemos analisá-la? V. Exª diz que enquanto a inflação não chegar a 50% não nos vamos preocupar com ela. Diz ainda V. Exª que enquanto não houver seqüestros de inúmeros empresários nada será feito. De fato, não houve tantos seqüestros, mas as crianças morreram na Candelária.

Não sou um apaixonado pela literatura de José Sarney. Mas S. Exª, ao se referir ao episódio da Candelária, fez um verso, publicado pela *Veja*, que me emocionou:

“Crianças que nasceram sem ver o sol,
que cresceram sem ver a lua,
que viveram sem ver a vida
e morreram no meio da rua”.

O seqüestro do empresário Diniz, há alguns anos, foi dotado de tal importância, que — dizem — ajudou a alterar o resultado da eleição. O episódio das crianças não tem maior significado porque é algo que não nos toca — como bem disse Brizola no programa de ontem do PDT — é algo que não choca mais a sociedade, não mexe mais com a gente. Crianças de 10 e 11 anos assassinadas crua, fria, brutal e estupidamente é um fato que não nos toca mais.

Será que esses acontecimentos não mexem mais com nossa sensibilidade? Será que, como disse o Senador Almir Gabriel, a inflação tem de explodir a 80%? Será que tem de haver confronto e seqüestro, para conversarmos? Será que é ingenuidade do Pedro Simon imaginar que é possível antecipar esse entendimento?

O Sr. Almir Gabriel — Senador Pedro Simon, mexe a sensibilidade de V. Exª, mas não com a dos banqueiros.

O SR. PEDRO SIMON — Concorro com V. Exª. Muitas pessoas importantes, e com a sua sensibilidade, têm dito para mim que tenho feito papel de bobo. Alertam-me para o fato de as centrais sindicais, que são apenas quatro, estarem divergindo entre si. Por exemplo, em relação à reforma constitucional, a CUT fará um movimento contrário à realização da revisão; a Força Sindical, a favor da realização. Respeito essas posições, pode até ser que os dois tenham razão. No entanto, existe algo que — a meu ver — está acima do bem e do mal: sentar à mesa e buscar o entendimento.

Como foi possível haver um entendimento no caso da indústria automobilística? Houve acordo. E, segundo se sabe, nunca se produziu e nunca se vendeu tanto automóvel no Brasil; nunca esteve tão bem a indústria automobilística no País.

Sentou-se à mesa o Vicentinho, por quem tenho o maior carinho; sentou-se à mesa o nosso amigo, o economista Deputado Aloízio Mercante, pelo qual tenho o maior respeito; sentou-se à mesa a burguesia empresarial, que são as multinacionais montadoras; sentou-se à mesa a elite de trabalhadores, que são os trabalhadores do ABC, detentores do melhor salário; e sentou-se à mesa o Governo. Fizeram o entendimento, que resultou em redução da tarifa de imposto, aumento da produção, elevação dos salários dos trabalhadores do ABC.

barateamento do custo do carro e, conseqüentemente, facilidade, por parte da população, ao acesso a um automóvel. Pergunto: por que não se pode fazer o mesmo em relação aos produtos básicos da alimentação? O benefício seria para os trabalhadores que têm, em geral, um salário miserável, que não têm o que comer.

Se os sindicatos sentaram-se à mesa; se o Deputado Aloizio Mercadante sentou-se à mesa; se o Vicente de Paulo da Silva sentou-se à mesa, se as multinacionais sentaram-se à mesa para debater o problema do automóvel, por que não nos vamos sentar para discutir a questão do custo de vida, da alimentação, da fome, da miséria?

Não posso entender porque não se faz um pacto semelhante ao que foi feito, com êxito, pela indústria automobilística, envolvendo multinacionais, envolvendo os trabalhadores do ABC, que detêm o melhor salário, envolvendo o Governo.

O Sr. Josaphat Marinho — Mas os preços dos automóveis continuam subindo.

O SR. PEDRO SIMON — É provável.

O Sr. Josaphat Marinho — Não, não é provável; é real.

O SR. PEDRO SIMON — Acredito, porque já se falou, nesta Casa, que a diminuição de impostos não estanca o aumento dos preços. O Paraná, o Rio Grande do Sul, com Alceu Collares, tentou essa diminuição de ICMS dos produtos da cesta básica e os preços continuaram a subir.

O Sr. Josaphat Marinho — Para esse caso, o Governo tem que atentar. Se o diálogo não produz efeito, as sanções da lei devem produzir.

O SR. PEDRO SIMON — Senador Josaphat Marinho, não estou falando como Líder do Governo, mas, na reunião que proponho, pode-se inclusive cobrar do Governo o porque de ele não estar fazendo cumprir a lei, de não estar fiscalizando, impondo. Talvez o Governo, com essa reunião, tenha mais autoridade do que a que possuirá se fizer isoladamente.

O Sr. Almir Gabriel — V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Almir Gabriel — Senador Pedro Simon, ocorreu que, quando o Sr. Fernando Henrique Cardoso, hoje Ministro da Fazenda, começou a tomar providências no sentido de conter o déficit público, de negociar as dívidas com os Estados, de reduzir a rolagem da dívida interna, de criar uma pré-condição concreta da redução da inflação, adveio o problema da política salarial. Ao invés de discutir o salário mínimo, que é onde o Governo Federal deve intervir, deixando o restante para negociações, todas as categorias, as mais estranhas, apareceram para defender que o aumento fosse de 100% da inflação até para quem ganha 20 salários mínimos. No meu entender — isso é claro — as pessoas que estão no jogo não refletem a prioridade da Nação brasileira: a sociedade muda, o doente que está em coma, aquele ao qual me referi quando me reportei ao trato da enfermaria.

O SR. PEDRO SIMON — V. Exª cita o problema da doença. Levei ao Ministro da Saúde a questão da Medicina no Rio Grande do Sul.

O Grupo Hospitalar Conceição, que tem à frente o Dr. Grossman, está realizando o que se chama Medicina Comunitária, envolvendo cerca de cento e cinquenta pessoas.

Esse Grupo tem dez postos, onde o médico se transforma em agente de saúde, uma vez que possui a ficha de cada família — pai, mãe e filhos — na qual constam os problemas de vacina, alimentação, etc.

A mulher, antes de ter o filho, faz todos os exames. As crianças que vi naqueles postos caindo aos pedaços — posso trazer fotografias — poderiam ganhar o concurso de bebê Johnson, pois estavam nas mãos de pessoas extremamente humildes, mas que tinham condições de atendê-las.

Posso trazer um levantamento demonstrando que, quando as crianças têm esse tipo de atendimento, diminui-se em 90% o número de pessoas que darão entrada no hospital, porque recebem o cuidado antecipado.

O que é uma simples diarreia, se tratada na hora, não se converte em estado de coma e até em morte.

Esse projeto é uma revolução, porque causa diminuição enorme das internações que ocorrem sem necessidade — existe até caso de parto em homem. Esses escândalos que estão ocorrendo podem desaparecer.

Projetos como esse podem ser debatidos. Sou testemunha do esforço de V. Exª. Mas podemos discutir, podemos corresponder, no sentido de atendê-las.

V. Exª fala do Governo do Presidente Itamar Franco. Creio que querer inventar problemas de falta de dignidade e seriedade no Governo Itamar Franco é difícil.

Lembram-se os companheiros de que vim muitas vezes a esta tribuna cobrar posições do Governo anterior. Eu não dizia que o Governo era responsável pela corrupção, mas, sim, que teria de apurar o que era denunciado. Por exemplo, quando o Deputado Luís Roberto Ponte foi à tribuna dizer que as empreiteiras estavam exigindo comissão especial e levou esse fato ao Presidente da República, este mandou processá-lo.

Com relação ao Governo Itamar Franco, ele não é apenas sério, mas exige a seriedade. Estamos, por exemplo, discutindo aqui, no Senado, um projeto de lei do Presidente Itamar Franco, que trata das privatizações. Estão levantando dúvidas com relação às licitações. O que fez o Presidente Itamar Franco? Mandou para o Senado, e acredito que o fez com inteligência, porque só o fato de saber-se que a licitação pode vir para o Senado, já muda tudo.

Em outra oportunidade, quando o Ministro Eliseu Resende veio à tribuna e começou-se a cobrar a respeito do dinheiro do Peru com a empreiteira, o que fez o Presidente Itamar? Mandou para o Congresso, e a respeito desse dinheiro o Senado irá decidir, são quatro milhões de dólares. Essa atitude é de quem não tem nada a temer, de quem não tem nenhuma preocupação no sentido de buscar a verdade.

Outra questão, será que não se percebe que o Presidente Itamar Franco é alucinado pelo problema social? Que Sua Excelência tem a preocupação, a angústia, de querer equacionar o problema social? Muita gente diz que Sua Excelência fala, mas não resolve. É o primeiro Presidente da República que bate, briga grita para equacionar o problema social. Aí vão dizer: mas Sua Excelência fala e não faz nada. O que adianta falar dos remédios, se o preço dos remédios não diminuir? O que adianta falar dos juros, se os juros não baixarem? Então, fala-se mal do Presidente. Mas parece-me que se temos um Presidente que tem coragem de brigar com o Banco Central, de exigir que o Banco Central baixe os juros, ao invés de ficar olhando, assistindo, para ver se vão baixar ou não. Portanto, temos que ajudar o Presidente na tentativa de solução desses problemas. Então, creio que, a esta altura, pode-

mos divergir, podemos ser oposição, podemos não gostar. O Senhor Itamar — como diz bem V. Ex^a — pode ter os seus defeitos, mas me parece que no essencial, que é a questão social, Sua Excelência tem a intenção de acertar. E nós temos a obrigação de ajudar. Podemos criticar à vontade, mas temos a obrigação de ajudá-lo.

O Sr. Meira Filho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com o maior prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Meira Filho — Senador Pedro Simon, estou ouvindo com redobrada atenção o discurso de V. Ex^a Como Senador pelo Distrito Federal e, mais do que isso, como brasileiro, tenho vivido um pouco angustiado com o que leio, com o que vejo e com o que ouço. V. Ex^a, ainda há pouco, até exultou, ficou alegre, com o aparte do Senador Josaphat Marinho, quando S. Ex^a disse da nossa responsabilidade, do Legislativo. Nem deveria eu dizer mais nada, porque a mim satisfaz plenamente o aparte do ilustre Senador. V. Ex^a faz hoje, espetacularmente bem, uma moldura de todas as aflições, agonias e problemas que o País atravessa. Tudo o que V. Ex^a acabou de falar é verdade. Mas, Senador, queria apenas lembrar aqui, o seguinte: esta Casa — o Senado — e o Congresso reuniram-se em sessão histórica, sob todos os pontos de vista, foi um entusiasmo da Nação inteira. Falou-se que o Brasil estava realmente dando uma demonstração de democracia, ao votar o **impeachment** de um Presidente. E fizemos isso, assumimos, perante a história, uma responsabilidade muito grande — quem tira tem que colocar outro no lugar. Colocamos um Presidente no Poder. Agora, falo como V. Ex^a: meu Deus do céu! Se tivemos essa força, se tivemos esse apoio nacional para fazer o que fizemos, será que não teremos esse mesmo apoio — e digo isto porque estou vendo V. Ex^a angustiado —, essa mesma força, para votar, nesta Casa, leis que possam coibir, que possam encaminhar o final dessa inflação? Será que não temos? É isto que indago a V. Ex^a E muito me preocupa — não estou acusando os meus companheiros, absolutamente —, ouvir um discurso como este com o plenário quase que vazio. Existe uma máxima brasileira que diz: “É conversando que os homens se entendem.” Estou achando que é conversando que os políticos se desentendem!

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço, nobre Senador. Creio que V. Ex^a colocou, com muita felicidade, a questão no seu devido lugar. O povo brasileiro foi às ruas — estou vendo essa mocidade aqui, honrando o Senado com a sua presença —, os jovens foram às ruas, pintaram a cara, saíram a exigir modificações. Será que essa gurizada, esses jovens, foram às ruas apenas para pedir a saída do Collor? Será que nós, como diz muito bem V. Ex^a, num momento histórico, votamos o **impeachment** somente para tirar o Collor e colocar o Senhor Itamar Franco? Será que o Pedro Simon, que vinha aqui todos os dias à tribuna dizer que Collor era uma barbaridade, queria apenas tornar-se Líder do Governo Itamar Franco? Ou será que aquele movimento da mocidade nas ruas, aquelas reivindicações, significavam um pouco mais do que isso? Significavam a necessidade da saída do Collor, sim, mas significavam terminar com a corrupção, com a miséria, com a injustiça, e significavam transformações.

O que essa mocidade quer? Quer o direito de estudar, quer o direito de saber que os seus pais têm um emprego, com o qual vivem com dignidade. Os jovens querem o direito

de saber que quando saírem do colégio terão condições de exercer uma profissão com dignidade; querem que este país tenha condições de produzir alimentos, para que não existam 30 milhões de pessoas passando fome.

Será que nós não podemos nos entender em torno de uma pauta? Se nos sentamos em torno de uma mesa e chegamos ao entendimento de que o ex-Presidente Collor era corrupto e teria de sair, não podemos nos sentar à mesa e fazer uma pauta mínima, no sentido de fazer com que 30 milhões de pessoas não passem fome? O que podemos fazer no sentido de derrubar essa inflação? Uma inflação de 30%, que pode chegar aos 80%, é inimiga de todo mundo.

Estão aí as mensalidades escolares. Em Porto Alegre, uma universidade cobra 23 mil cruzeiros reais de mensalidade. Como isso pode acontecer? Fala-se com o reitor e ele diz que tem de pagar a manutenção; fala-se com o professor e ele diz que recebe muito pouco; fala-se com o aluno e ele diz que não pode estudar. Há quem esteja deixando de estudar por não ter condições de pagar as mensalidades.

Agora, será que alguém tem dúvida de que o nosso adversário, o leão que precisa ser domado, chama-se inflação?

Não é preciso que me digam que salário não é causa de inflação. O salário, coitado, vai atrás da inflação. A inflação vem e o salário vai atrás.

Já sabemos que essa luta é antiga no mundo, que há grupos que ganham com a inflação, como os supermercados, os bancos, os oligopólios, e ganha alguém que esteja até interessado em se manter na vitrina, como política sindical, como política partidária, ou como o que for, à custa da inflação.

O que temos de fazer é exatamente isto, com aquela competência, como bem diz V. Ex^a, quando tivemos que nos unir ao povo brasileiro para afastar o Presidente Collor. Então, vamos ter a mesma competência para nos unir à sociedade brasileira, para nos identificarmos com causas que são fundamentais, para que este País não caia no descalabro.

Isso não tem nada a ver com a candidatura do Sr. Lula, nem do Sr. Maluf, nem do Sr. Brizola, e nem com a candidatura do PMDB. Isso não tem nada a ver com o Sr. Fernando Henrique Cardoso, nem com o Senhor Itamar; não tem nada a ver com os partidos políticos. Isso tem a ver com uma agenda mínima necessária, para que notícias como o extermínio de menores na Candelária saiam das manchetes dos jornais; para que essa onda de rumores sobre golpes e choques seja interrompida. Vamos falar em democracia, em liberdade, em respeito! Vamos estabelecer um mínimo em torno do que possamos nos entender.

Sr. Presidente, quero apenas dizer, em nome do Presidente da República, que Sua Excelência diz que estão convidados a sentar-se à mesa no Palácio do Planalto, tantas vezes quantas forem necessárias, as lideranças da CUT, da Força Sindical, da CGT; as lideranças dos empresários na indústria, no comércio e nos bancos; as Lideranças da Câmara e do Senado, os Presidentes das duas Casas. Sua Excelência, juntamente com o seu Ministério, estarão à disposição para discutir, a qualquer momento e a qualquer hora, a Pauta Brasil. Não sentar-se à mesa, sob qualquer pretexto, parece-me que não é uma atitude patriótica.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente! (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo _ Albano Franco _ Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Aluizio Bezerra _ Antonio Mariz _ Beni Veras _ Dirceu Carneiro _ Elcio Alvares _ Esperidião Amin _ Gerson Camata _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Jarbas Passarinho _ Josaphat Marinho _ José Paulo Bisol _ Jutahy Magalhães _ Juvêncio Dias _ Marco Maciel _ Marluce Pinto _ Meira Filho _ Pedro Simon _ Raimundo Lira _ Ronam Tito.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 742, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requero licença para me afastar dos trabalhos da Casa, em viagem ao estrangeiro, atendendo a convite de nações amigas, sem ônus para o Senado, no período compreendido entre os dias 7 e 15 do corrente mês.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 1993. — **Mauro Benevides.**

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 743, DE 1993

Senhor Presidente,

Requeiro à Mesa, na forma do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Indústria, Comércio e Turismo as seguintes informações sobre o Café.

É sabido que boa porcentagem dos estoques governamentais se perdem ou são desviados nos próprios armazéns contratados pelo Governo, assunto que foi objeto de recente e ampla divulgação pela imprensa. Têm-se também notícias de que o Ministério determinou medidas visando o recebimento dos créditos decorrentes junto às empresas armazenadoras. Em razão dos fatos, indago ao Senhor Ministro:

1. Que medidas efetivas foram adotadas pelo Ministério a respeito do assunto e em que consistem especificamente?

2. Qual a extensão do problema, ou mais propriamente, qual o volume físico-financeiro dessas perdas ou desvios?

3. Desde quando vêm ocorrendo problemas relacionados a quebras, faltas ou desvios de estoques, frente aos dispositivos legais, contratuais e os constantes de normas internas?

4. Na oportunidade de constatação de anomalias na armazenagem, foram ou estão sendo aplicados os dispositivos legais previstos na denominada Lei de Armazenagem (Lei nº 1.102/93)?

5. Quais as empresas armazenadoras inadimplentes com o Governo, em razão de irregularidades na execução dos serviços e armazenagem? Estão ou não essas empresas proibidas de operarem na armazenagem de estoques governamentais?

6. Como se encontra a fiscalização relativa ao Café?

7. Precisamente, em qual período e sob que Governo, ocorreram os maiores escândalos sobre os estoques noticiados pela imprensa?

8. Qual a política do Governo para o Setor Cafeeiro, relativamente aos estoques (ou queima)?

9. Quem arcará com o pagamento de tal política?
Senador Ney Maranhão, Líder do PRN.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 35 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item único****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 1993 (nº 3.714/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a estrutura e competência da Ouvidoria-Geral da República e dá outras providências, tendo

— Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta, de nºs 1, 2 e 3; pela aprovação das emendas nºs 6 e 7, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e pela rejeição das emendas nºs 4, 5, 8, 9 e 10.

Por falta de **quorum** este item não será votado na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPR — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, não posso deixar de fazer um registro acerca do pronunciamento enfático que fez, há poucos minutos, o nobre Senador Pedro Simon.

Quero reiterar, em nome do meu Partido — Partido Progressista Reformador, que estaremos sempre à disposição de qualquer chamamento que o Governo faça ao diálogo. Penso que quem não quer participar do diálogo deve ter suas razões. Eu não tenho nenhum preconceito em relação ao Governo.

Aproveitando que o Senador Pedro Simon ainda está entre nós, quero fazer apenas uma ressalva de natureza conceitual. É hábito dividir o pensamento político entre progressista e conservador. E S. Ex.^a por três vezes enunciou esse conceito a meu respeito, a respeito do Senador Elcio Alvares e do Senador Jarbas Passarinho.

O intuito do meu pronunciamento é abordar alguns aspectos preliminares sobre a questão da revisão constitucional. Quero reiterar a disposição do meu partido, que está trabalhando desde o dia 18 de maio deste ano, por meio da Fundação Milton Campos, debruçado sobre este tema — Revisão Constitucional —, elegendo as nossas prioridades. Nunca usei este conceito, mas já que tantos estão usando as expressões

progressista conservador, ou seja, aplicando-as como rótulos a políticos de acordo com o seu partido, desejo dizer que o propósito do meu partido em relação a revisão constitucional é tornar a nossa Constituição progressista, porque não é progressista deixar de gerar os empregos que o País está a reclamar todos os anos.

Eu fazia um cálculo há pouco com o Senador Beni Veras sobre quanto de investimentos o Brasil precisa para gerar os empregos necessários aos 2 milhões de brasileiros que anualmente, teoricamente, aportam no mercado de trabalho. E foi sob esse ângulo que o meu partido moldou sua posição a respeito da revisão constitucional. Entendemos que é muito curioso que os mais progressistas, dentre os autodenominados progressistas, sejam contra a revisão constitucional.

O Sr. Pedro Simon — Permite-me V. Exª um pequeno aparte, nobre Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Senador Pedro Simon, não vou encerrar as minhas observações a seu respeito sem registrar a minha alegria por constatar que os sinais vitais do meu nobre amigo Pedro Simon estão perfeitos. Ficou perfeitamente demonstrado na maior parte do seu pronunciamento e no seu *gran finale*.

O Sr. Pedro Simon — Quero dizer ao amigo — permita-me que o trate assim — que V. Exª está, mais uma vez, sendo muito feliz na ressalva que faz. Muitas pessoas estranham uma característica que tenho — e creio que nela V. Exª e eu nos identificamos. Há pessoas que consideram um absurdo rever uma posição que têm. Se fazem uma afirmativa crêem que devem mantê-la a qualquer custo. Se se trata de um governador, jamais revê qualquer dos seus atos. Eu como ministro, como governador, como presidente de partido cansei de pedir desculpas. Considero V. Exª, como considero o Senador Elcio Alvares, absolutamente um progressista. Sei que o conceito de progressista ou de retrógado está completamente superado. Concordo com V. Exª O que eu quis dizer — posso até estar errado — é que houve uma época no passado em que havia forças que eram consideradas como partidos mais conservadores e outras como partidos mais progressistas. Eu era considerado como integrante de partidos mais progressistas. Esse conceito está superado? Sim. A realidade é outra? Sim. O que me pergunto é se, agora, de repente, quando vejo todos usando uma linguagem ultra-avancada, mudei a minha maneira de pensar? Foi esse o sentido do que quis dizer. Considero V. Exª progressista. V. Exª tem toda razão: o mundo mudou. Estamos caminhando com o resto da humanidade. Atraveço-me a dizer que, apesar do que houve com o comunismo, com o Muro de Berlim, com a União Soviética, isso não significa que o liberalismo puro, total e absoluto seja o caminho. Há problemas a discutir, problemas liberais, sim; mas também há problemas sociais. Identifico-me muito com o seu pensamento e quero que entenda, apenas, o sentido do que quis dizer. Eu disse o seguinte: pessoas que, ontem, quando debatíamos, tinham posições diferentes das minhas, agora estão todas do outro lado, enquanto eu estou aqui. Não nego, questiono: será que agora que sou líder do Governo estou mudando, estou sendo igual? É só essa preocupação. Agradeço, mais uma vez, a V. Exª pelo chamamento de atenção. Vou passar a fazer reciprocidade, ouvir os seus pronunciamentos e tocar os pontos-chaves, porque creio que V. Exª também vai gostar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Agradeço ao Senador Pedro Simon pelo generoso aparte.

Quero, aqui, fazer um registro de natureza pessoal. No final da discussão que resultou na aprovação, pelo Senado, da lei da política salarial, V. Exª teve o gesto de grandeza de pedir para retirar do texto uma referência que fez a três peperristas, um dos quais era eu. Estou percebendo, desde aquele momento, que, ainda que seu consciente assumia essa dúvida que temos com relação a ser progressista no mundo de hoje. Possuo essa dúvida, mas não aceito que se intitulem progressistas — não que eu pretenda sê-lo. Por exemplo: os sócios da Coreia do Norte. Se não sou integralmente progressista, certamente os sócios da Coreia do Norte não o são, que é hoje o único país sócio da extrema-esquerda.

Existem três Partidos Comunistas no Brasil: o PPS, o PCdoB e o PCB — refundado este último —, e no mundo inteiro há três: o Partido Comunista Chinês, que tem as práticas mais progressistas, do ponto de vista econômico, pois recebe o capital estrangeiro com “tapete vermelho”, no sentido literal da palavra. Só não podemos dizer “salamaleque” porque são orientais, não do Médio Oriente, e sim do Extremo Oriente. Fazem todas as homenagens, asseguram respeito ao capital estrangeiro e estão atraindo-os — isso na China Comunista!

O outro Partido Comunista é o Cubano de Fidel Castro, que foi admoestado por esse homem curiosamente predestinado, o Sr. Carlos Menen. O Presidente argentino tira na loteria mesmo não comprando bilhete. Chegou ao Brasil, roubou a cena do Encontro de Salvador, porque admoestou a falta de democracia em Cuba — no que, casualmente, dei-lhe razão — apesar de boa parte da imprensa ter dito que Sua Excelência estava fazendo o jogo dos Estados Unidos, que estava a serviço do capital ianque.

Uma semana depois, Fidel Castro não fez ainda o seu *mea culpa*, mas anuncia a dolarização relativa, ou seja, admitiu a gravidez pela metade, uma suave gravidez; permitiu que haja dólares, que os exilados venham, invistam, e transformar Cuba pelo menos numa ilha turística, capitalista.

Só restou a Coreia do Norte. O partido comunista “progressista” só existe na Coreia do Norte, os outros já estão ficando conservadores.

Esse tipo de conceito — é contra isso que me rebelo, e aí quero homenagear mais uma vez o Senador Pedro Simon —, muito embora acredite que o capitalismo, que pretende ser o progressista, também não resolve tudo, não tem resposta para a Medicina. O que V. Exª falou sobre saúde vale para o Ceará. O Ceará obteve bons resultados na sua política de medicina preventiva. Nós tivemos, em Santa Catarina, entre 1983 e 1986, êxito na medicina preventiva, na região mais pobre do meu Estado, Lajes, reduzindo, em um ano e meio, à metade a taxa de mortalidade infantil, porque adotamos práticas socialistas. O capitalismo não tem solução para a saúde pública.

Nos Estados Unidos, hoje, existem 35 milhões de trabalhadores americanos fora do esquema de atendimento à saúde e à previdência.

Não há solução só de um lado. Sem dúvida alguma, para a educação e para a saúde, a experiência socialista tem que ser aproveitada. Creio que ser progressista é um ideal que devemos perseguir; só os muito tolos ou muito presunçosos, que é quase um sinônimo, é que podem imaginar que são os donos das idéias progressistas. Ninguém conseguiu encar-

ná-las em seu todo, porque a sociedade está aí, com seus problemas cada vez mais graves afligindo a todos nós.

O Sr. Elcio Alves — Senador Esperidião Amin, conceda-me um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Ouço-o com prazer, Senador Elcio Alves.

O Sr. Elcio Alves — Senador Esperidião Amin, apenas aproveitando a oportunidade do diálogo travado entre V. Ex^a e o Senador Pedro Simon, gostaria de fazer este registro com muita satisfação, porque tenho pelo Senador Pedro Simon a maior admiração. Entendo que talvez S. Ex^a seja um dos homens públicos que hoje preserva aquele ideal que nos levou à vida pública. Pedro Simon acredita no País, na sua idéia, na sua vocação irresistível de homem público. S. Ex^a teve um gesto que somente o engrandece. Entendi perfeitamente quando o Senador Pedro Simon falou da divisão entre os progressistas e aqueles que não o eram — eu nunca recusei a minha condição de Governador do sistema militar. Confesso — V. Ex^a bem salientou — que foi, talvez, um período em que mais se respeitou o direito da pessoa, os Direitos Humanos, pelo que sempre lutei. Quero, até, prestar um depoimento, que acredito histórico: fui incentivado, na ocasião, pelo Presidente Ernesto Geisel. No Espírito Santo não houve violência contra a pessoa humana. Apareceu um Delegado da Polícia Federal “maluco”; substituí-o imediatamente. Criamos centros comunitários; a assistência à saúde pública foi feita em regime de quase socialização permanente por parte do Governo. Então, a colocação do Senador Pedro Simon foi muito apropriada porque S. Ex^a também prestou uma homenagem a V. Ex^a. No momento em que estamos procurando idéias, encontrando fórmulas para ajudar o Brasil, Senador Esperidião Amin, a participação de V. Ex^a é fundamental. V. Ex^a tem o reconhecimento desta Casa pela sua inteligência, pela sua atuação política. Nas conversas que travamos fora do plenário, cada vez mais me empolgo com o conceito de V. Ex^a sobre a vida pública. Destacaria, apenas, dentro do pronunciamento de V. Ex^a, o que me ficou do discurso do Senador Pedro Simon, que levo daqui. Realmente, temos de fazer, agora, um grande esforço de união nacional. Não podemos permitir, de maneira alguma, que a prática ideológica supere a vontade maior dos brasileiros de encontrar soluções. Essa foi a razão do aparte oferecido ao Senador Pedro Simon. Preocupa-me — quero voltar a fazer o registro, para que não haja má interpretação — quando campanhas do mais alto sentido, pessoas que merecem o respeito e a estima de todo o Brasil e grupos ideológicos começam a querer tirar partido disso, separando uns e outros, numa convergência que tende a ser a favor do interesse nacional. O discurso do Senador Pedro Simon ficará gravado como uma advertência, como um toque de consciência em todos nós. Temos que somar esforços. Não importam nossas origens e o que fizemos. Temos, neste momento, o desejo de nos dar as mãos. Não discuto a pessoa do Presidente da República — volto a repetir — ; discuto o País. V. Ex^a, Senador Esperidião Amin, é um dos Senadores mais importantes na formulação da política preconizada pelo Senador Pedro Simon. No momento em que as centrais sindicais aqui vieram, o Senador teve coragem de falar algo, pedindo dados. Temos também que dizer às centrais sindicais que os Senadores da República não estão imbuídos do papel de prejudicar ou ajudar quem quer que seja, mas sim de ajudar o País. Registro que considero, na minha avaliação desses anos que estou nesta Casa,

que a participação de V. Ex^a, Senador Esperidião Amin, pelo exemplo, pela postura de vida pública e por sua história, é fundamental à convocação feita pelo Senador Pedro Simon. Fico muito feliz, na quase fase crepuscular desta sessão de sexta-feira, quando o Senador Pedro Simon, com a sinceridade de sempre, fez uma colocação que é uma homenagem justíssima à atuação de V. Ex^a na vida pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Quero agradecer a V. Ex^a, Senador Elcio Alves, e também dizer que não pretendi recriminar, nem corrigir e muito menos chamar para mim algum reconhecimento pessoal.

Creio que todos nós — e essa é a lição que também aufero desta sessão — estamos imbuídos do desejo de facilitar o atendimento do bem-comum. Temos algumas certezas, algumas dúvidas e sabemos que existem muitas dificuldades diante de nós.

Essa visão, comentada há pouco, de que o Brasil tem poucos sócios nessa alta inflação... Quais são os outros países do mundo que estão com a inflação alta? A Iugoslávia? A ex-Iugoslávia está vivendo um drama, suas entranhas estão sob tiroteio. A União Soviética? Meu Deus! Mas a inflação lá está baixando. Parece-me que o Zaire é outro. Então, a taxa de inflação no Brasil, hoje, é mais alta do que durante o **impeachment**. Isso deve ser um grande negócio para alguém.

O Sr. Elcio Alves — Quem está ganhando?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Como introdução ao tema que pretendo abordar, na sua profundidade, na próxima segunda-feira, que é a posição do meu partido a respeito da revisão constitucional, quando alinharei os três pontos básicos da postura do PPR — Partido Progressista Reformador — , quero deixar aqui, no ar, uma grave preocupação: como é que o País vai achar o seu caminho? Já há quem diga que a forma mais barata de resolver esse problema é uma hiperinflação, e tem muita gente dizendo isso. Uma hiperinflação no sentido clássico, ou seja, a perda do poder aquisitivo e a perda total da referência monetária. Talvez já seja uma das soluções, tal a recalcitrância do fenômeno inflacionário no Brasil. Há economistas escrevendo sobre isso. A hiperinflação seria a forma menos onerosa, porque a mais onerosa seria uma convulsão social, a ruptura imediata do sistema institucional vigente; esse tema que o Senador Pedro Simon abordou aqui, o golpe ou o contragolpe, a revolução, todas essas formas que sabemos são mais onerosas para o País. A hiperinflação, se pudesse acontecer isoladamente, talvez viesse a ser, segundo esses economistas, a menos onerosa das tragédias brasileiras para acabar com essa tragédia crônica que temos. Não penso assim. Acho que a revisão constituinte tomar o desenvolvimento.

Os três pontos que o meu partido defende — reforma política, ajuste fiscal com ênfase para a Previdência e a ordem econômica — parece-me que são a nossa agenda. Por que reforma política? Porque, com o excesso de partidos que aí está, com a falta de identidade dos partidos — o próprio Governo não tem uma identificação partidária — , tudo é discutível. Então, ficam acusando fulano de ser sabotador... quer dizer, há um clima de desconfiança porque não há um time em campo. Não sabemos para que lado chuta quem está com aquela camisa e nem se aquele jogador acredita naquela camisa, porque ele pode trocá-la daqui a pouco.

Essa fluidez partidária não dá ao País vontade política, e estamos vendo o Brasil atolado e afundando. Senador Pedro Simon, somos filhos ou netos de imigrantes e alguma coisa

de errado aconteceu nesta Pátria porque, hoje, os bisnetos dos nossos avós imigrantes estão sendo barrados no Aeroporto de Lisboa. Alguma coisa de errado aconteceu no Brasil! Somos o país onde nossos Pais vieram fazer o seu projeto de vida — no meu caso, meu pai e minha mãe, pois sou filho de imigrantes de primeira geração, e o Senador Pedro Simon me diz que também é — e, agora, estamos vendo os nossos “descendentes” sendo barrados em Lisboa! Quer dizer, o País perdeu o seu projeto e está atolado.

O Sr. Pedro Simon — Os filhos dos japoneses, nascidos aqui, estão voltando para o Japão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Os filhos dos japoneses estão voltando, mas só aqueles que têm alguma qualificação. Não são os menos preparados que estão voltando, são os mais preparados, os que têm coragem.

O Sr. Pedro Simon — Os que têm esperança de crescer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Então, o País está no rumo errado. Digo que está atolado e afundando.

Há quem queira desembarcar do carro e tentar outra vida — é o caso dos nossos auto-exilados —, mas nós, que estamos aqui, achamos que dá para desatolar, que é preciso desatolar. Eu faço parte dessa corrente e penso que, para isso, deve haver um mínimo de solidariedade. E, aí, concordo com o diálogo. Não é “o quanto pior, melhor” ou “vamos afundar mais um pouco”. Eu não tenho nenhum outro interesse que não o País. A minha vida não tem futuro se o carro não desatolar; os meus filhos não terão futuro se o carro não desatolar. Então, quero ajudar a desatolar esse carro.

Em primeiro lugar, deve haver racionalização dessa vontade política, e isso passa pela eliminação da indústria da sigla. Está aí a indústria da sigla: sigla de aluguel, chantagem no primeiro turno, chantagem no segundo turno — e o povo sabe disso, ou alguém acha que não? O povo sabe que tem sigla servindo para abrigar vaidade, para fazer negócio, para alugar horário de televisão e de rádio, para ficar de boca alugada para atacar os outros...

A primeira providência é mexer no partido. Fidelidade partidária ou não? Eu defendo a fidelidade partidária, tem que haver. Pode sair do partido, mas deixa o mandato. Enfim, a questão política. Segundo, o ajuste fiscal com ênfase para a Previdência, pois, ao contrário do que me parece ter sido dito pelo Senador Almir Gabriel, a Previdência no Brasil não consegue nem trocar a carga pelo frete quanto mais ter o estoque de dinheiro para financiar projetos de longo prazo, como todos os países bem sucedidos do mundo fizeram. Eles tiveram na previdência a fonte de financiamento dos seus projetos de longo prazo; é a grande poupança.

Ainda no campo do ajuste fiscal, defendo o aprimoramento do municipalismo, da federação. Temos que escrever uma federação. Este país não pode ter no Orçamento Federal obra municipal. Isso não tem cabimento, não pode ser um jogo de esperteza. Federação quer dizer encargos e receitas, ou seja, uma racionalização da nossa maneira de arrecadar impostos.

O Brasil tem que corrigir um grave equívoco: uma folha de pagamento, hoje, tem um ônus de 150%, Senador Pedro Simon! O salário é baixo e sobre ele incide 150% de corporativismo. É o Estado Novo ainda sobre a folha de pagamento, em nome do “progressismo”. Está a FIESP em cima da folha, está a CUT, estão todas as corporações em cima da folha

de pagamento. Uma folha de pagamento que representa, hoje, 27 ou 28 milhões de empregos formais, 14 milhões de aposentados — a relação já está 1,9 por 1 —, e nós vamos criando tributos indiretos, onerando a empresa e não o consumo, onerando o trabalho e não a renda. Toda a nossa fisiologia tributária é essa. Pretendo abordar esse assunto com um pouco mais de detalhe técnico na próxima segunda-feira.

E o terceiro tópico, já que mencionei o ajuste fiscal e a Previdência, é a ordem econômica. Os nossos antepassados vieram para cá e foram recebidos como brasileiros. O capital que eles tinham era a sua cabeça — alguns tinham alguma cultura, outros tinham estudo — e a sua vontade de realizar o seu projeto de vida no Brasil. Em nome do nacionalismo, nós fomos criando barreiras e o capital estrangeiro, que hoje é muito mais sofisticado, sente-se agredido, malvisto num país que precisa de investimentos para dar emprego todos os anos a dois milhões de brasileiros, fora o déficit que já acumulou. Então, parece-me que vontade e duas alavancas podem desatolar o carro, com um mínimo de solidariedade.

Por isso, concordo com o diálogo. Quero agradecer as palavras generosas do Senador Pedro Simon, cumprimentando-o pelo seu discurso. E quero registrar mais uma vez — repito — que a sua verve, a sua inteligência, o seu idealismo é um dos confortos que se pode observar em termos de perspectiva deste Governo e agradecer a manifestação do meu querido amigo, Sr. Senador Elcio Alvares, dizendo que a agenda que o Brasil tem que vencer passa, necessariamente, pela reforma política, principalmente no quadro partidário, na forma de funcionamento dos partidos; pela ordem econômica, questionar monopólios, dizer “sim” para o capital estrangeiro. Mao Tsetung, em 1956, dizia: “Somente com a nossa poupança, sem poupança externa, não sairemos do lugar.” Mas não podia fazer nada, porque não havia condições econômicas. Os seus sucessores estão dando consequência ao seu raciocínio, recebendo capital estrangeiro — estão recebendo e dizendo que podem investir. E na China já existe um grande problema porque nas regiões onde entrou capital estrangeiro a média salarial elevou-se e nas regiões onde tal fenômeno não ocorreu, ou seja, não houve essa liberalização econômica, a renda *per capita*, o salário, continua na fase progressista, ou seja, na fase antes de os conservadores chegarem, usando o chavão que procurei recriminar no começo das minhas observações. Essas duas alavancas têm que ser or todos nós, dentro do espírito de que não temos todas as respostas isoladamente. Nenhum de nós é auto-suficiente, nenhum partido político é auto-suficiente, nenhum chefe político é auto-suficiente; nós precisamos ter um mínimo de patriotismo para dar ao nosso carro, carro do qual não queremos sair, onde queremos ver melhor alojados os nossos filhos, e se possível nós mesmos, que é o nosso País, condições de realizar o seu projeto, o seu itinerário, e ser uma Pátria que nos orgulhe, e não um país que nos deixe titubeando quando se pergunta sobre o seu presente e sobre o seu futuro.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, inaugurada em setembro de 1950, com a entrada no ar da PRF-3, TV Difusora, canal 3, de São Paulo, pertencente aos Diários e Emissoras Associadas de Assis Chateaubriand, a

televisão configura parte integrante do processo de desenvolvimento do País nos anos pós-60. Sua trajetória transcorre em consequência e em consonância com a própria evolução histórica do País, retratando e reproduzindo seus sucessivos períodos sócio-político-econômicos. Sua face é a própria imagem da Nação: de seu povo, de suas carências, de seu desenvolvimento.

Sua fase incipiente, na década de 50, caracterizada por transmissões ao vivo, pautadas pelo improviso e empirismo, convive com um Brasil de estrutura econômica rural, sem indústrias e com graves deficiências de infra-estrutura, principalmente nos setores de transporte e comunicações. O mercado consumidor capaz de sustentar o novo veículo ainda não está formado. Os aparelhos televisores só deixam de representar itens de luxo para os brasileiros mais tarde, com a criação do crédito direto ao consumidor e sua produção pela indústria eletro-eletrônica nacional.

A Revolução Militar de 1964 começa a delinear a lógica do estilo desenvolvimentista de crescimento econômico concebido pela Doutrina de Segurança Nacional, da Escola Superior de Guerra. São lançadas as bases da política de integração nacional, pesados investimentos são feitos na rede de telecomunicações do País, componente fundamental da estratégia de difusão e manutenção da ideologia do regime autoritário. O parque televisivo começa a estruturar-se sob bases mais profissionais. Aumentam sobremaneira as vendas de aparelhos receptores, em conformidade com o projeto de expansão da oferta e demanda de bens e serviços de luxo, com vistas à construção de uma sociedade de consumo.

A partir da década de 70, dotado de uma moderna e sofisticada infra-estrutura de telecomunicações, o País assiste, então, a uma explosão do fenômeno da comunicação de massa. O Brasil vive o chamado milagre econômico: o PIB atinge níveis de 10% ao ano, as exportações crescem, a inflação mantém-se à taxa de 15% ao mês. Neste contexto favorável, a televisão consolida-se como veículo de comunicação hegemônico, agente de integração nacional, nivelador e redutor das desigualdades, principal fonte de informação, de lazer e até mesmo de educação para amplas camadas da população. A criação da EMBRATEL, em 1967, possibilita a integração eletrônica do País, através do estabelecimento das grandes redes nacionais.

Ao mesmo tempo, porém, em que aumentava o acesso aos meios de comunicação eletrônicos, diminuía o acesso a uma informação crítica e de real interesse para a sociedade. Meio de comunicação público, de propriedade da União, mas concedido à exploração privada, a televisão torna-se parceira do modelo político-econômico então vigente. Mais que isso: torna-se veículo de uma mensagem otimista e ufanista que assegurava a legitimação do regime de exceção. Na tela da TV brasileira não havia oposição, não existia repressão. O poder dissuasório do sistema de concessões criava poderosa sintonia de interesses entre as concessionárias e o Estado. Este visava à unificação do pensamento em torno de uma ideologia comum; aquelas objetivavam a unificação do mercado. A edição do AI-5, em 1968, fornece o instrumento legal para o controle ditatorial, pelo Estado, do conteúdo e padrão dos programas, segundo critérios próprios de civismo, moralidade e segurança nacional. Os telejornais tornam-se meros difusores de notícias oficiais de interesse do regime, moldando um cenário irreal, ao sabor da razão do Estado.

A televisão ingressa na fase da abertura política a reboque dos movimentos sociais emergentes. O regime censório vai

aos poucos afrouxando seu controle sobre os meios de comunicação. Impulsionada e pressionada pela incontável maré que conduz à busca da liberdade de expressão, após tantos anos de silêncio, que cobra o direito à informação, a televisão brasileira tenta adequar-se aos novos tempos.

É inegável o papel significativo desempenhado pela TV na transição para o período democrático, ainda que tal desempenho constitua uma tentativa de desvinculação de sua imagem da de um governo impopular e derrotado. É uma questão de sobrevivência, uma questão de mercado. Trata-se de acompanhar a tendência geral, mesmo que a contragosto.

O tom do discurso hoje veiculado é outro, colorado pelos matizes da democracia que o conjunto da sociedade brasileira demonstra ser seu desejo e caminho indeléveis. Mas não se iludam V. Ex^{as}. As práticas antidemocráticas herdadas da época de simbiose com o poder central mantêm-se intactas. Com uma diferença, porém. As conveniências agora defendidas não são mais as do Estado. Mas as dos grandes senhores, proprietários das empresas de comunicação. Concessionários de bens públicos, assim entendidos os canais de televisão, deles se apropriam como se privados fossem. Esquecem os compromissos assumidos de pautarem suas programações levando em conta finalidades educativas, informativas e culturais da população. Deixam de lado sua responsabilidade social e priorizam interesses meramente mercadológicos e pessoais. O que está em jogo é a audiência, que se traduz em cifras e em poder, e não a programação que deveria servir como condutora da informação ao público receptor.

Neste afã da conquista pela audiência e, conseqüentemente, pelo mercado, a TV arvora-se a tudo mostrar, dizer, expressar. Tudo quanto lhe renda benefícios, lhe traga retorno ou atenda aos interesses políticos de seu dono, é bem verdade. A censura não é mais a oficial. Transfigurou-se para censura empresarial. Ungido à condição de beneficiário de uma concessão estatal, considera-se senhor da informação, omite e distorce fatos, monta versões, elege inimigos, assassina personalidades públicas, a seu bel-prazer. Com um poder quase monárquico, fecha um espaço que é público e, por consequência, deveria estar aberto à diversidade, à pluralidade, banindo desafeitos de suas transmissões.

Tal prática, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, constitui, na verdade, a mais poderosa e mais perigosa forma de violência perpetrada pela televisão brasileira: a violência contra a democracia. O regime que se pretenda democrático pressupõe a convivência entre contrários, a multiplicidade de opiniões, de possibilidades, de opções. Toda vez que determinado emissor, escudado por um poder que julga ilimitado, acha-se no direito de decidir a veiculação ou não de determinada informação, pratica uma violência contra a sociedade. Toda vez que determinado ponto de vista não é difundido, por contrário a interesses particulares, pratica-se uma violência contra a sociedade, usurpando-lhe o direito à informação, ao debate, ao acesso a alternativas.

É preciso multiplicar os emissores do discurso, ampliando o espectro das mensagens veiculadas, aumentando as possibilidades de escolha. Faz-se urgente eliminar o monólogo em que se transformou o discurso televisivo no País. O atual movimento das emissoras de rádio e TV em torno da elaboração de códigos de ética que norteiem o conteúdo e as mensagens de suas programações é fruto de um clamor da sociedade por uma informação de qualidade. Da mesma forma que tomaram os locais fisicamente públicos em episódio político recente da vida nacional, os cidadãos brasileiros almejam e necessitam

apropriar-se dos espaços públicos, constituídos pelos meios de comunicação eletrônicos. A relação entre democracia e democratização da comunicação na sociedade contemporânea é intrínseca e essencial. Aproveitemos, pois, o corrente debate acerca das programações de televisão, deflagrado pela escalada de sexo e violência a que assistimos diuturnamente em nossas casas, e aprofundemos a crítica e a análise sobre a ilegítima apropriação que se faz deste meio de comunicação hegemônico, no País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, de 11 a 14 de julho deste ano, ocorreu no Recife a Conferência sobre a Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Sustentado na Região Nordeste do Brasil. Patrocinado pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o evento ainda contou com o apoio da SUDENE, do Governo de Pernambuco, da Prefeitura do Recife, da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste e do Banco do Nordeste do Brasil.

O objetivo primeiro do evento foi a reunião de autoridades dos setores público e privado, nacionais e internacionais, para promover a troca de informações e experiências históricas, voltadas para o turismo, que podem contribuir para o tão almejado desenvolvimento sustentado da Região Nordeste.

É sabido que o turismo é uma forma de exploração intensa de uma área, mantendo-se intacto o desenvolvimento de sua biodiversidade. Representa, portanto, do ponto de vista ecológico, um grande progresso em relação ao desenvolvimento industrial impensado, que degrada o ambiente acumulando dívidas para com aquele. Nesse aspecto, temos já consciência de que custa muito fazer com que o ambiente não nos agrada, depois de o termos agredido. Recordemos os casos da Represa Billings, do Tietê e do rio Tâmba.

A conservação produtiva do meio ambiente deve ser a bandeira dos ideais de qualquer luta por um crescimento econômico sustentável. Aliás, a própria expressão “desenvolvimento sustentável” é fruto da tão decisiva Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — Rio 92.

No discurso pronunciado pelo Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Senador José Eduardo Vieira, no Seminário do Prodetur, no Recife, encontramos que a base de qualquer desenvolvimento em torno do crescimento econômico de nosso país deve incluir o turismo. A indústria do turismo é interessante aos brasileiros, em primeiro lugar, por apresentar um retorno rápido ao capital investido e, em segundo lugar, por ser uma atividade econômica capaz de ocupar mão-de-obra significativamente numerosa e variada. O Prodetur é um exemplo da forma como podemos fazer da Região Nordeste um pólo turístico fortemente promissor.

Poder explorar o Nordeste em seus valores naturais, por intermédio do desenvolvimento da atividade do turismo, é uma oportunidade de ouro. Diga-se: oportunidade de ouro, e não oportunidade de ganhos fáceis. Teremos que empreender muito esforço para retirar esse ouro que a natureza deixou a nosso dispor. Muitos são os esforços, dos quais o principal será explorar as características ainda inalteradas que a região apresenta, sem maculá-las, tomando-se o cuidado para que

não se perca sua naturalidade, para que esta se constitua em primordial característica futura daquela, desde que explorada inteligentemente.

Na Conferência sobre a Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Sustentado na Região Nordeste do Brasil foi apresentado o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo Integrado do Nordeste — Prodetur, de que já falamos. Ele foi idealizado pelos governadores de Estado da região. Enquanto ordena os ideais pelos quais lutaremos através do reforço ao turismo, visa a obter recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para as obras necessárias à infra-estrutura turística.

O Secretário de Turismo e Serviços do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Dr. Caio Luís de Carvalho, afirma com veemência que a indústria de viagens e lazer já se constitui na primeira atividade econômica do mundo, gerando US\$ 3 trilhões e 500 bilhões em renda, empregando 127 milhões de pessoas, um em cada grupo de 15 trabalhadores, e contribuindo assim com mais de US\$ 302 bilhões em taxas e impostos. Por isso mesmo, essa indústria já ultrapassou a do petróleo e a das armas bélicas como fonte de renda e de trabalho, sendo responsável por 13% dos gastos dos consumidores de todo o mundo. Consumidores do turismo e lazer perdem apenas para consumidores de alimentos.

Então, um matemático tomaria esse lado da equação e observaria o outro. O outro lado é a potencialidade do Brasil para esse tipo de atividade. Não é nem preciso recorrer a um técnico, como o Doutor Caio Luís de Carvalho, para falar disso. Basta irmos até a Praia da Boa Viagem e ver o mar. O Brasil tem uma imensa costa, praias belíssimas e sol o ano inteiro.

Mesmo assim, em 1991, este País, com tantas praias e tanto sol, atraiu menos da metade dos turistas que visitaram, na mesma época, a Argentina. Aqui desembarcaram um milhão e trezentos mil turistas; lá, dois milhões e oitocentos mil. Como resultado, os argentinos embolsaram US\$ 2 bilhões e 300 milhões, e nós, apenas US\$ 1 bilhão e 400 milhões.

Até agora, não temos levado o turismo a sério. A aplicação de US\$ 1 bilhão e 200 milhões em infra-estrutura de turismo, com garantia ambiental, talvez seja o primeiro passo na rota que deve ser adotada no Brasil. O turismo deve ser encarado como indústria, como atividade econômica importante, como coisa séria, não como algo exótico, como um ramo animado do folclore do povo. Esse passo justifica a existência de um Ministro do Turismo e explica o gesto do Presidente da República na criação do próprio Ministério.

Senhor Presidente, é inadmissível que não encaremos com seriedade e decisão a promessa oferecida pela indústria turística. É capital que abracemos esse rumo do desenvolvimento sustentado. O representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento nessa Conferência afirmou que orientar a correta aplicação de US\$ 400 milhões destinados ao Prodetur para gastos em obras públicas é um dos objetivos do Seminário sobre a Contribuição do Turismo para o Desenvolvimento Sustentado.

Ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, dirigido competentemente pelo ex-Chanceler Enrique Iglesias, será apresentado um relatório sobre as possibilidades do crescimento turístico na região, acompanhando as tendências mundiais.

Segundo a Comissão de Financiamento Externo (Cofix), do Ministério do Planejamento, o Prodetur prevê a liberação de US\$ 1,3 bilhão. Do total, US\$ 200 milhões vão para Per-

nambuco, conforme projetos apresentados pelo Governo Joaquim Francisco. Entre os principais projetos do Estado dentro do programa, estão o Costa Dourada (US\$ 70 milhões), a revitalização do Bairro do Recife (US\$ 30 milhões) e a reforma do Aeroporto Internacional dos Guararapes (US\$ 20 milhões).

Assim, foi oportuna a iniciativa de reunir alguns dirigentes dos setores público e privado, nacionais e internacionais, visando ao intercâmbio de experiências e à formulação de estratégias na área do turismo, entendido como atividade de fundamental importância no processo de desenvolvimento.

Já se tornou lugar-comum, opinião unânime que o turismo é uma das maiores forças impulsionadoras do desenvolvimento econômico de qualquer país. Ele gera renda, empregos, tributos e divisas.

Nesta nossa época de expansão cada vez maior das telecomunicações e dos transportes, o turismo tenderia naturalmente a crescer em grande escala. Basta lembrar que os números do Conselho Mundial de Turismo e Viagens, o World Travel & Tourism Council, levam a uma estimativa para 1993 de uma aceleração do crescimento do setor turístico em todo o mundo, da ordem de 23% acima dos demais setores produtivos. Esse é um dado extraordinariamente expressivo, de uma eloquência que não deixa margem a qualquer dúvida.

É certo que o turismo tem uma eficácia multiplicadora. Em função de sua dinâmica interna, ele repercute num agregado de atividades produtivas em diferentes setores — a agricultura, a indústria de bens e serviços —, com variados e benéficos efeitos econômicos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Seminário sobre a Contribuição do Turismo para o Desenvolvimento Sustentável avança, estuda e equaciona a possibilidade de extrairmos da rica biodiversidade que o Nordeste apresenta uma solução importante para a multiplicação da renda e para a ocupação profissional de nosso povo. Conseguiremos isso, desde que equacionemos as atitudes a serem tomadas e realmente as implementemos. O turismo é, sem dúvida, a grande saída econômica e social para o Nordeste e para o Brasil.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de segunda-feira, a realizar-se às 14h30min., a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 1993 (nº 3.714/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a estrutura e competência da Ouvidoria-Geral da República e dá outras providências, tendo

— **PARECER**, proferido em Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta de nºs 1, 2 e 3; pela aprovação das emendas nºs 6 e 7, apresentadas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e pela rejeição das emendas nºs 4, 5, 8, 9 e 10.

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1993, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre o não pagamento da ajuda de custo aos Membros do Congresso Nacional. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas.)

MESA**Presidente**

Humberto Lucena - PMDB - PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues - PSDB PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias - PPR - MS

1º Secretário

Júlio Campos - PFL - MT

2º Secretário

Nabor Júnior - PMDB - AC

3º Secretário

Júnia Marise - PRN - MG

4º Secretário

Nelson Wedekin - PDT - SC

Suplentes de Secretário

Ivoisier Maia - PDT - RN

Lucídio Portella - PPR - PI

Beni Veras - PSDB - CE

Carlos Patrocínio - PFL - TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

VICE-LÍDERES DO GOVERNO

Jutahy Magalhães

Ficão Alvares

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Gariibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Faver

Antonio Mariz

Aluísio Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líderes

Almir Gabriel

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Ficão Alvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Vamir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epiácio Cafeteira

Vice-Líderes

Carlos DeCarti

Moisés Abrão

Afonso Camargo

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josephat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marcio Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

PSDB

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------------	------------	---------------	------------

PDS

Espeditão Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
----------------	------------	-------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
----------------	------------	-------------	------------

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sábria de Carvalho	CE-3058/59	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Marcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvoro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marcio Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Martuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/80

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/52
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretários: Luiz Cláudio Vera Lúcia

Telefones: Secretária: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/43
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-3201/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvoro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josephat Marinho	BA-3173/74

PSDB
 Beni Veras CF-3242/43/44 Almir Gabriel PA-3145/47
 José Richa PR-3163/64 Dirceu Carneiro SC-3179/80
 Mário Covas SP-3177/78 Vago

PTB
 Affonso Camargo PR-3062/63 Lourenberg N. Rocha MT-3035/36
 Valmir Campelo DF-3188/89 Luiz Alberto Oliveira PR-4059/60
 Jonas Pinheiro AP-3206/07 Marluce Pinto RO-4062/63

PDT
 Magno Bacelar MA-3074/75 Lavoisier Maia RN-3239/40

PRN
 Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-4215/18
 Ney Maranhão PE-3101/02 Auren Mello AM-3091/92

PDC
 Moisés Abrão GO-3036/37 Gerson Camata ES-3203/04

PDS
 Esperidião Amin SC-4206/07 Jarbas Passarinho PA-3022/24

PP
 Meira Filho DF-3222/03 Irapuan C. Júnior GO-3089/90

PT/PSB
 Eduardo Suplicy 3213/15/16 José Paulo Bisol 3224/25

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
 Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
 Presidente: Alfredo Campos
 Vice-Presidente: Hydekêl Freitas

Titulares	Suplentes
Ronan Tito MG-3039/40	Mauro Benevides CE-3052/53
Alfredo Campos MG-3237/38	Flaviano Melo AC-3493/94
Nelson Carneiro RJ-3209/10	Caribaldi A. Filho RN-4382/92
Divaldo Suruagy AI-3185/86	Manueto de Lacerda PE-3182/83
João Calmon ES-3154/55	Gilberto Miranda AM-3104/05
Ruy Bacelar BA-3160/61	Cesar Dias RR-3064/65

PFL
 Guilherme Palmeira AI-3245/46 Francisco Rollemberg SE-3032/34
 Hydekêl Freitas RS-3064/65 Josephat Marinho BA-3173/74
 Lourival Baptista SE-3027/28 Raimundo Lira PB-3200/3201
 Álvaro Pacheco PI-3085/86 Marco Maciel PP-3197/98

PSDB
 Dirceu Carneiro SC-3179/80 Jutahy Magalhães BA-3171/72
 José Richa PR-3163/64 Eva Blay SP-3119/20

PTB
 Luiz A. Oliveira PR-4058/59 Valmir Campelo DF-3188/89
 Marluce Pinto RR-4062/63 Jonas Pinheiro AP-3206/07

PDT
 Darcy Ribeiro RJ-4230/31 Magno Bacelar MA-3074/75

PRN
 Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-3255/4215

PDC
 Gerson Camata ES-3203/04 Epitácio Cafeteira MA-4073/74

PP
 Irapuan Costa Júnior 3088/3089 Pedro Teixeira 3127/3128

PDS
 Jarbas Passarinho PA-3022/23 Lucídio Portella PI-3055/56

Secretários: Paulo Roberto Almeida Campos
 Ramais: 3496 e 3497
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
 Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
 Presidente: Dário Pereira
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares	Suplentes
Flaviano Melo AC-3493/94	Amir Lando RO-3110/11
Mauro Benevides CE-3194/95	Ruy Bacelar BA-3161/62
Aluizio Bezerra AC-3158/59	Ronaldo Aragão RR-4052/53
Onofre Quinan GO-3148/49	Ronan Tito MG-3039/40
Gilberto Miranda AM-3104/05	Juvêncio Dias PA-3050/53
Alfredo Campos MG-3237/38	Antonio Mariz PB-4345/46
Marcio Lacerda MT-3029/30	Wilson Martins MS-4345/46
Vago	Vago

PFL
 Dário Pereira RN-3098/99 Raimundo Lira PB-3201/02
 Henrique Almeida AP-3191/92 João Rocha TO-4071/72
 Elcio Alvares ES-3131/32 Carlos Patrocínio TO-4068/69
 Bello Parga MA-3069/72 Guilherme Palmeira AI-3245/46
 Hydekêl Freitas RJ-3082/83 Vago

PSDB
 Dirceu Carneiro SC-3179/80 Beni Veras CE-3242/43
 Teotônio V. Filho AI-4093/94 Jutahy Magalhães BA-3171/72
 Vago José Richa PR-3163/64

PTB
 Lourenberg N. Rocha MT-3035/36 Affonso Camargo PR-3062/63
 Marluce Pinto RR-4062/63 Vago

PDT
 Lavoisier Maia RN-3239/40 Magno Bacelar BA-3074/75

PRN
 Saldanha Derzi MT-4215/18 Albano Franco SE-4055/56

PDC
 Gerson Camata ES-3203/04 Moisés Abrão TO-3136/37

PDS
 Lucídio Portella PI-3055/56 Esperidião Amin SC-4206/07

PP
 João França RR-3067/68 Meira Filho DF-3221/22

Secretários: Celso Parente - Ramais 3515 e 3516
 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
 Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Valmir Campelo

Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Saldia de Carvalho	CE-3059/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PI-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Ondre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldin Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campes	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Belio Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Boni Verra	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-3093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-405
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-406
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Carlos De' Carti	AM-307

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-308
---------------	------------	---------------	--------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-405
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-421

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-407
--------------	------------	--------------------	--------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-420
-------------------	------------	-----------------	--------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-306
-------------	------------	-------------	--------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-322
-----------------	------------	------------------	--------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente
Ramal 3446/3447

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.